

# Pesquisa Nacional de Vitimização

Sumário Executivo SENASP

**Datafolha** 30 **crisp**  
INSTITUTO DE PESQUISAS ANOS

Maio de 2013

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A primeira Pesquisa Nacional de Vitimização feita no Brasil quantifica e caracteriza 12 tipos de ocorrências passíveis de registro policial no país, revela a taxa de subnotificação para cada uma delas e mapeia incidências e frequência com que elas acontecem em cada unidade da federação e nas respectivas capitais. A amostra é representativa do universo da população adulta (com idade igual ou superior a 16 anos) dos municípios com mais de 15 mil habitantes.

Os crimes e ofensas contempladas no estudo correspondem a furto e roubo de automóveis, furto e roubo de motocicletas, furto e roubo de objetos ou bens, sequestro, fraudes, acidentes de trânsito, agressões, ofensas sexuais e discriminação.

A pesquisa apresenta a prevalência desses crimes alguma vez na vida e a sua incidência nos 12 meses anteriores à coleta de dados da, caracterizando a experiência da vitimização sofrida nesse período.

Foram aproximadamente 78 mil entrevistados em 346 municípios no período de junho de 2010 a maio de 2011 e junho de 2012 a outubro de 2012.

O campo da pesquisa foi realizado em duas ondas (86% das entrevistas entre junho de 2010 e maio de 2011 e 14% das entrevistas entre junho e outubro de 2012), e os resultados sobre vitimização e notificação anuais se referem ao período de 12 meses anteriores ao levantamento.

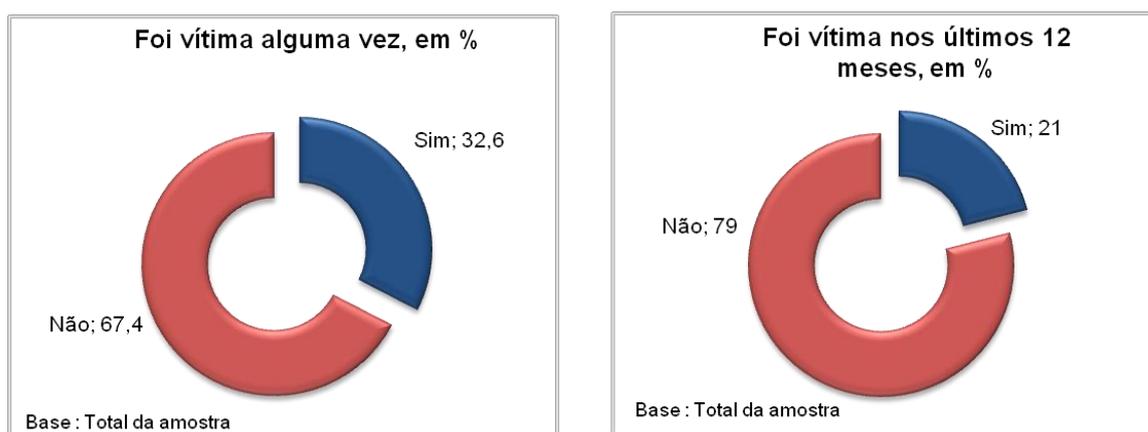
O plano básico de tabulação dos dados traz contrastes por unidades da federação, capitais, variáveis socioeconômicas, demográficas e comportamentais. A totalidade das possibilidades de estratificações e cruzamentos multivariados é numerosa e impossível de ser contemplada em relatório único. Porém, deve-se observar que, à medida que se filtram resultados para estratos muito específicos, o número de casos pode ser insuficiente para análises estatísticas seguras. Assim, o Datafolha sugere a sistematização da base de dados e o acesso público à fonte para a customização de análises de acordo com o interesse das diferentes áreas de conhecimento e com a ressalva sobre os limites da análise quando se consideram estratos muito específicos.

Neste sumário, é desenvolvida uma breve análise descritiva dos principais resultados e ao longo do relatório o detalhamento da análise pelos tipos de ofensas e crimes contemplados no estudo.

## 1.1 Taxa de vitimização

Considerando-se o total da amostra, 32,6% dos brasileiros que vivem em cidades com mais de 15 mil habitantes dizem ter sofrido ao longo da vida algum dos 12 tipos de crimes ou ofensas contemplados na Pesquisa Nacional de Vitimização. Quando se considera a vitimização ocorrida nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa, 21% afirmam que o fato aconteceu por pelo menos uma vez nesse período.

Gráfico 1 – Foi vítima de algum dos crimes pesquisados



A taxa de vitimização correspondente aos 12 meses anteriores à coleta dos dados é maior principalmente na região Norte do país, onde alcança 30,5%. Dentre as unidades da federação que a compõem, há os mais elevados índices do país – 46% no Amapá e 35,5% no Pará.

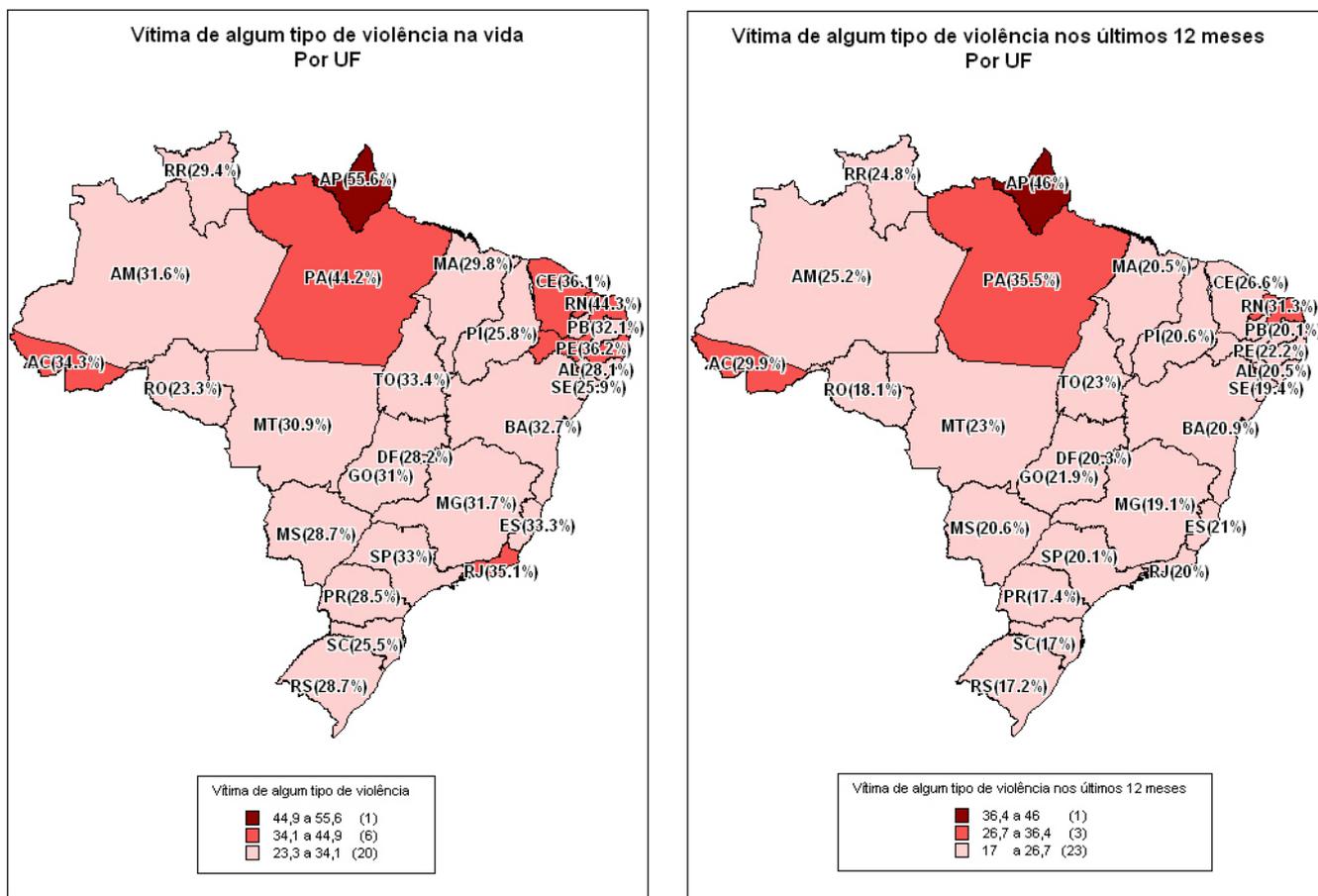
O Nordeste, onde a taxa de vitimização sofrida pela população no último ano é de 22%, tem estados com a terceira e quinta mais altas taxas – Rio Grande do Norte com 31,3% e Ceará com 26,6%. Também apresentam percentuais acima da média principalmente os estados do Acre (29,9%), Amazonas (25,2%), Roraima (24,8%), Mato Grosso e Tocantins (23% em ambos).

Alguns estados, no geral, têm índices próximos à média de vitimização nacional. A saber: Pernambuco (22,2%), Goiás (21,9%), Espírito Santo (21%), Bahia (20,9%), Piauí (20,6%), Alagoas (20,5%), Maranhão (20,5%), Distrito Federal (20,3%), Mato Grosso do Sul (20,6%), São Paulo (20,1%), Paraíba (20,1%) e Rio de Janeiro (20%).

A região Sul é a que apresenta as menores taxas de vitimização no país, especialmente no estado de Santa Catarina (17%). No Rio Grande do Sul, o índice corresponde a 17,2% e no Paraná a 17,4%. Outros estados com percentuais abaixo

da média são Rondônia (18,1%), Minas Gerais (19,1%), e Sergipe (19,4%). Na região Sudeste, como um todo, 19,9% se dizem vítimas de algum dos crimes por pelo menos uma vez nos 12 meses que antecedem a pesquisa.

**Mapa 1 – Vitimização – por UF**



Em relação às capitais, as tendências nas regiões Norte e Nordeste se mantêm – Macapá tem a maior taxa de vitimização (47,1%), seguida por Belém (41,1%) e Rio Branco (31,9%). Fortaleza, Natal e São Luís aparecem em seguida com 31,5%, 31% e 28,6%, respectivamente.

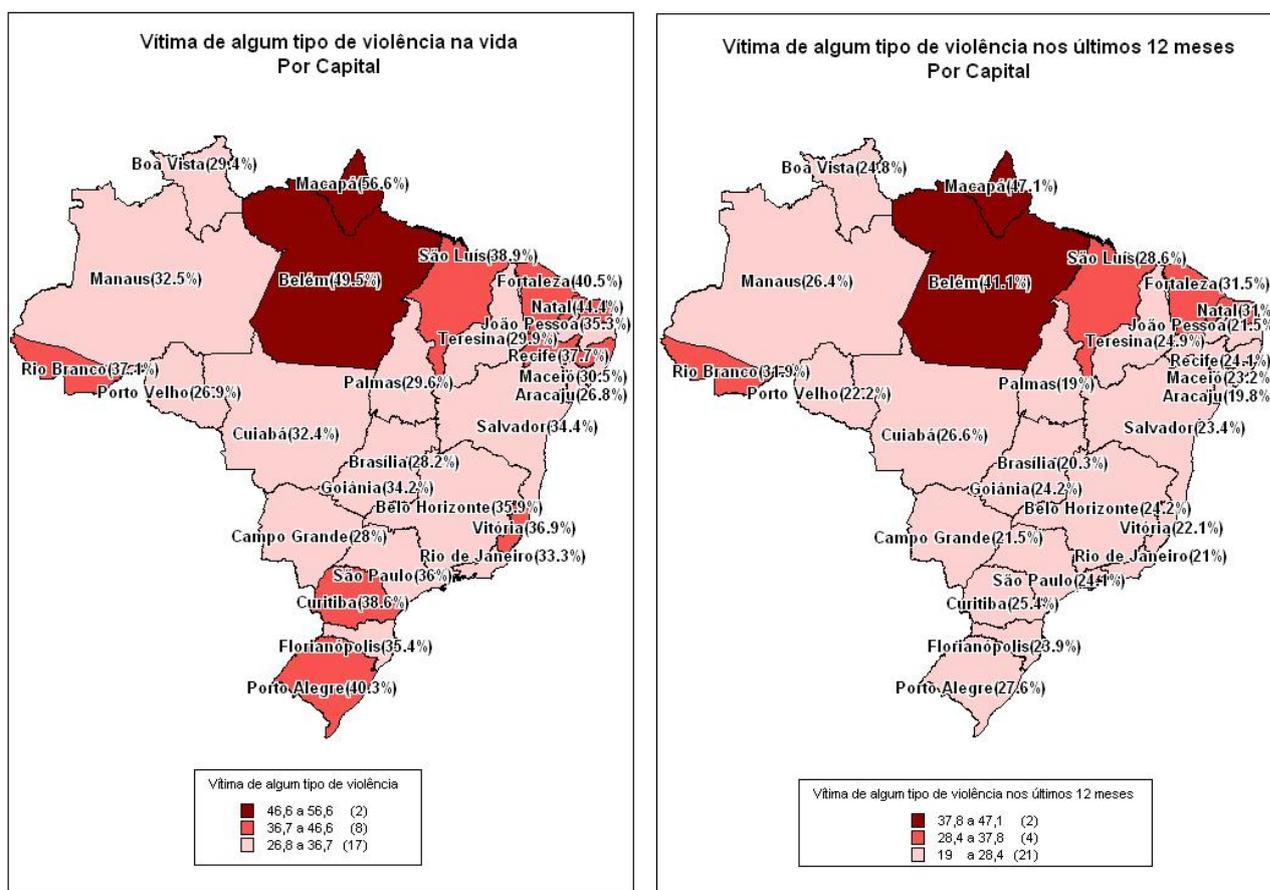
Já, as capitais do Sul não repetem o desempenho de seus estados. Porto Alegre é a sétima colocada no ranking, com índice de vitimização anual de 27,6%. E, depois de Cuiabá (26,7%) e Manaus (26,4%), figura Curitiba na décima colocação, com índice de 25,4%.

Com taxas menores do que a capital paranaense estão Teresina (24,9%), Boa Vista (24,8%), Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo (24,2% em cada uma delas), Recife

(24,1%), Florianópolis (23,9%), Salvador (23,4%), Maceió (23,2%), Porto Velho (22,2%) e Vitória (22,1%).

O índice de vitimização de João Pessoa e de Campo Grande correspondem a 21,5%. Entre os moradores do Rio de Janeiro, o percentual vai a 21% e entre os de Brasília a 20,3%. Aracaju (19,8%) e por fim Palmas (19%) são as capitais com menores taxas de vitimização sobre o total de habitantes.

Mapa 2 – Vitimização – por capital



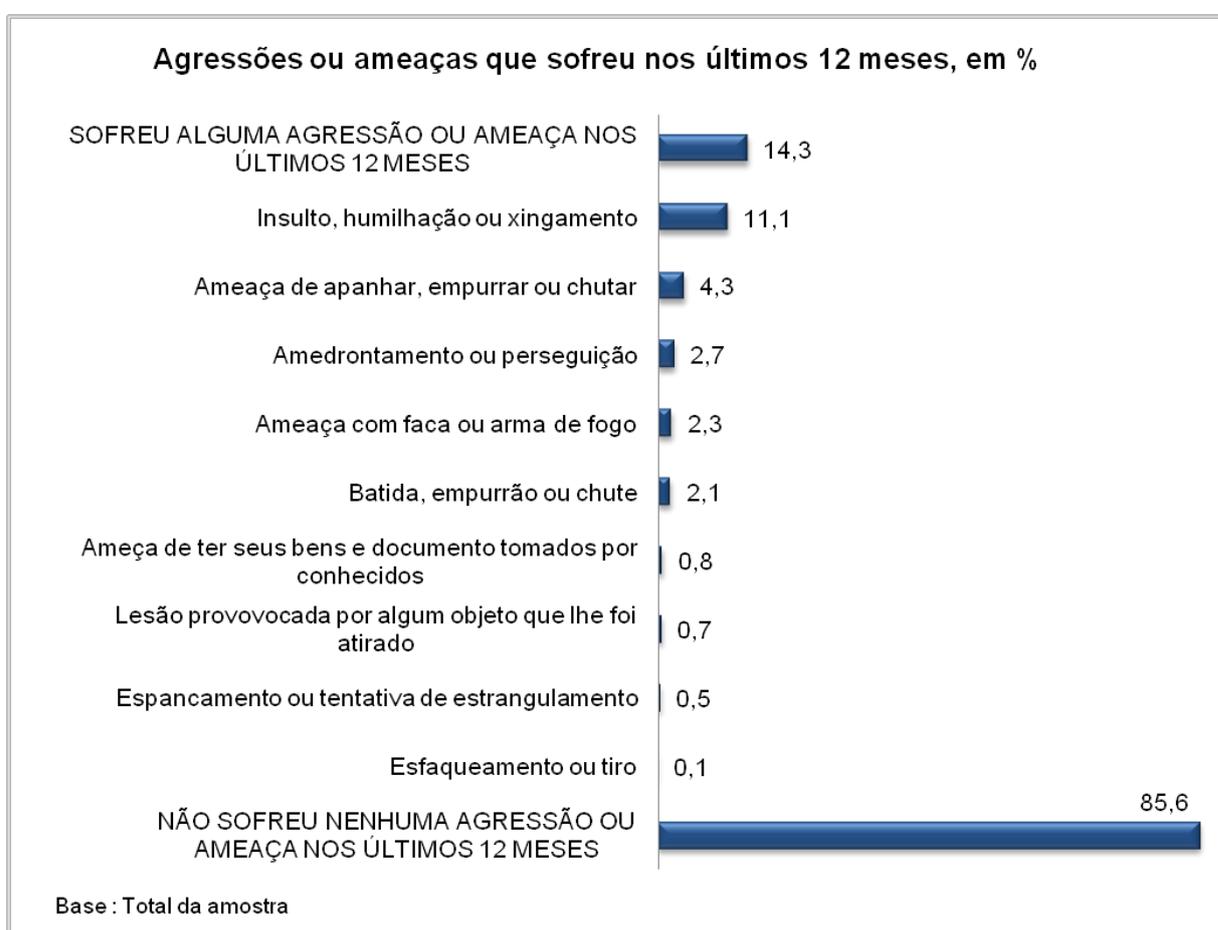
Por variáveis socioeconômicas e demográficas, percebe-se que os segmentos onde há maiores taxas de vitimização para os tipos de crimes e ofensas contempladas no estudo considerando-se o período de 12 meses anteriores à realização do campo, são os dos mais ricos, mais escolarizados e mais jovens.

Entre os que pertencem à classe A, segundo o critério Brasil de estratificação econômica, 33,45% afirmam ter sofrido algum dos 12 tipos de crimes contemplados, no ano que antecede a coleta dos dados. Entre os que têm nível superior de

escolaridade, essa taxa corresponde a 28,8%. E entre os que têm idade de 16 a 24 anos, ela é de 25,3%.

Sobre os crimes incluídos na pesquisa, as agressões e ameaças são os mais comuns – 14,3% dos brasileiros que residem em municípios com mais de 15 mil habitantes afirmam ter sofrido alguma ofensa desse tipo nos 12 meses que antecedem o levantamento. Em seguida, aparecem relatos de discriminação, com 10,7%. Furtos de objetos e fraudes foram declarados por 9,8% e 9,2% dos entrevistados, respectivamente.

**Gráfico 2 – Agressões ou ameaças que sofreu, em %**

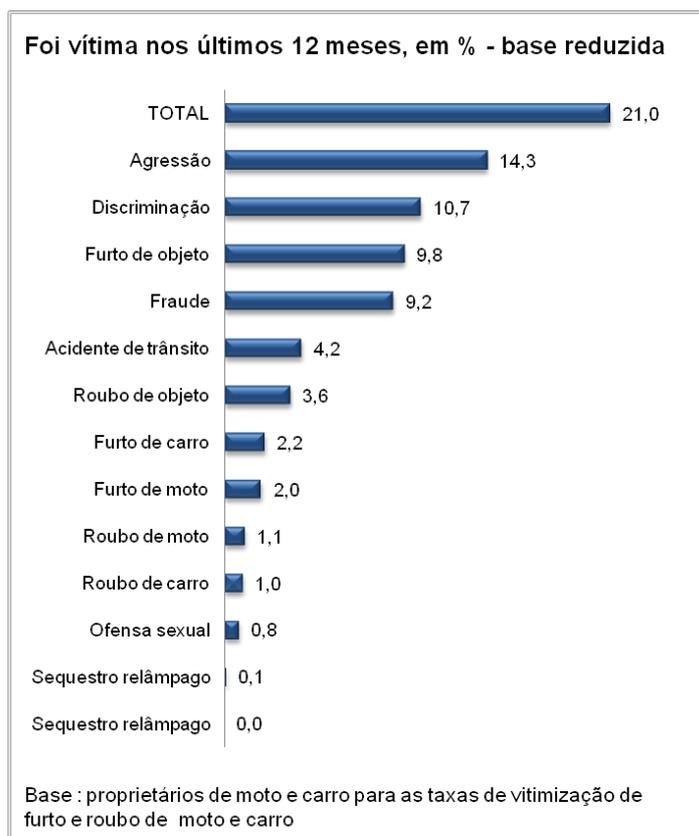
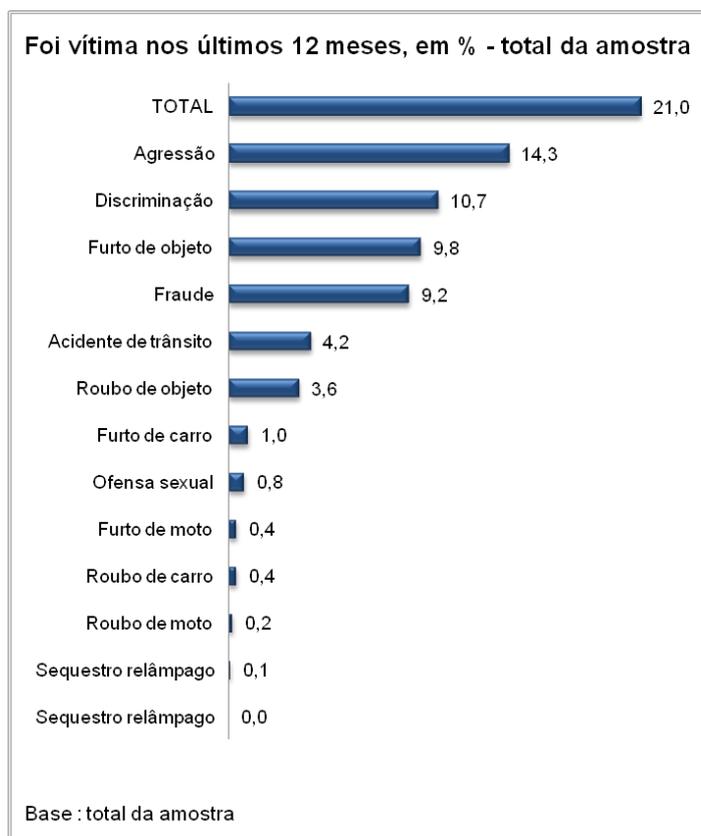


Bem atrás, aparecem os acidentes de trânsito, com 4,2% e o roubo de objetos com 3,6%. Sobre o total da amostra, com 1% de vitimização, vem em seguida o furto de carro. Ofensas sexuais totalizam 0,8%. Furto de motos e roubos de carros atingem, cada, 0,4% dos entrevistados. Roubo de moto chega a 0,2% e seqüestro relâmpago a 0,1%.

Esses percentuais se projetados sobre o total do universo fornecem estimativas de ocorrências em números absolutos sobre o total da população adulta brasileira residente nas cidades com mais de 15 mil habitantes. Mas, para alguns tipos de crime que dependem da posse de determinados bens como, por exemplo, automóveis e motos, é importante a observação dos dados sobre a base de proprietários, traçando-se assim um perfil mais preciso dos segmentos de maior vitimização, sem o viés da distribuição da posse nos resultados.

Esses dados serão detalhados nos tópicos específicos sobre tais crimes, mas vale registrar aqui os percentuais de furto e roubo de automóveis e motos sobre o universo de proprietários. Entre os que tiveram carros, caminhões ou caminhonetes em casa nos 12 meses que antecedem a pesquisa, 2,2% foram vítimas de furto de veículos por pelo menos uma vez no período. Em relação a roubo, essa taxa é de 1% sobre o universo de proprietários. Entre os que possuíam motocicletas ou lambretas, 2% tiveram-nas furtadas e 1,1% roubadas no período correspondente.

**Gráfico 3 – Foi vítima de algum dos crimes pesquisados**



Os resultados também possibilitam a caracterização dos crimes contemplados no estudo. É interessante perceber, por exemplo, que a maior parte das ocorrências se dá dentro da casa do entrevistado (38,3%) ou em suas proximidades como a rua onde ele mora (33,3%), o seu bairro (14,9%) ou na garagem da residência (11,1%).

As ocorrências mais comuns dentro da casa do entrevistado são furto de objetos (53,9% das vítimas relatam que o caso aconteceu no local), agressões (34,2% dos casos) e ofensas sexuais (21,7%). Furto e roubo de automóveis são mais freqüentes na rua onde vivem os entrevistados (40,7% e 31,5% das vítimas, respectivamente, citam o lugar como sendo onde aconteceu o crime nos 12 meses anteriores à pesquisa).

Quanto ao roubo e furto de motos, apesar de também freqüentes no endereço da vítima (22,5% e 23,1%, respectivamente) os locais de ocorrência se pulverizam para além do bairro onde o entrevistado mora (26,9% para os casos de roubo), para outros bairros, o centro da cidade e locais próximos ao trabalho.

Dos crimes estudados, há alguns em que as vítimas dizem estar andando na rua quando são atacadas. A descrição é mais frequente entre os que sofreram roubo de objetos (49,5%), sequestro (32,1%) e ofensa sexual (23,7%). As vítimas estão no local de trabalho principalmente nos casos de discriminação (20,5%), agressão (15,3%) e furto de objetos (12,6%).

**Tabela 1 – Onde estava quando ocorreu o crime, em %**

	TOTAL GERAL	FURTO CARRO	FURTO MOTO	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	FURTO OBJETO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL	DISCRIMINAÇÃO
Na minha casa	38,3					53,9	11,6	18,2	34,2	21,7	15
Na rua de casa	33,3	40,7	23,1	31,5	22,5						
Andando na rua	21,6					6,3	49,5	32,1	18,8	23,7	17
Local de trabalho	18,7					12,6	7,8	5,4	15,3	10,7	20,5
Locais públicos internos (banco, escola)	18,1					11,1	6,4	11,9	10,7	13,5	24,8
No seu bairro	14,9	9,7	15,7	18,3	26,9						
Centro da cidade/outro bairro	14,2	15,6	14,9	10,3	14,7						
Na garagem	11,1	9,9	13,8	13,4	6,9						
Locais públicos externos (parque, praça)	8,8					5,1	12,3	4,3	7	7,9	6,7
Casa de terceiros	7,8		1,9	4,4	1	5,1	1,6		5,9	8	8,2
Estacionamento (shopping/sup)	7,2	8,7	8,5	4,1	1,1						
Meios de transporte	4,3					2,9	7,9	17,6	2,6	6	2,7
Estacionamento privado(trabalho/condomí	3,6	3,2	5,5	2,7	2,4						
Outra cidade	3,3	2,6	1,6	6	1,9						
Na rua do trabalho	2,6	1,8	3,2		9,5						
Viajando	0,2							2,5			

Para crimes como agressão, ofensa sexual e discriminação, procurou-se levantar junto a vítima se o agressor era alguém conhecido. Considerando-se a média geral desses casos específicos que ocorreram no ano anterior à pesquisa, na maioria das vezes o ofensor era conhecido da vítima, mesmo que de vista. O tipo de ofensa em que isso menos acontece é na sexual, onde metade dos agressores (49,3%) é um desconhecido. Entre os que sofreram discriminação, destacam-se como agressores pessoas que a vítima conhece de vista (17%), mas também amigos com quem convive no dia-a-dia (11,1%). Nos casos de agressão e ameaça, os acusados, além de serem conhecidos de vista da vítima (11,9%) também são, em boa parte, seus vizinhos (10,7%).

**Tabela 2 – Quem eram os agressores, em %**

	TOTAL GERAL	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL	DISCRIMINAÇÃO
Desconhecido	36,7	31,9	49,3	32,1
Conhecido de vista	16,3	11,9	8,1	17
Vizinho	10,4	10,7	4,2	6,9
Colega de trabalho	10,9	5,9	5,6	14
Amigo	9,2	5,6	5,4	11,1
marido/esposa	4,3	5,5	5,1	1,3
Ex-marido/ex-esposa	3,7	5	4,3	0,9
Chefe	3,8	2,8	2	3,9
irmão	2,5	2,4		1,9
Policial	2	2,2		1,3
Cunhado	1,8	1,9		1,1
Pai/mae	2,2	1,7	0,6	2
Filhos	1,5	1,5	2,4	0,8
Ex-namorado	1,2	1,4	3,2	0,4
Professor	0,6		1,2	0,8

Em relação a alguns crimes como roubos de automóveis, de motos, de objetos e nos casos de sequestro questionou-se sobre a ocorrência de agressões físicas e o uso de armas por parte do criminoso. Entre as vítimas de roubo de veículos, tanto de carros quanto motos, há maior menção a agressões físicas (24,1% e 23,3%, respectivamente) do que nos casos de roubo de objetos e sequestro (16,3% e 19,8%, respectivamente).

**Tabela 3 – Houve agressão física? - em %**

	TOTAL GERAL	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO
Sim	17,5	24,1	23,3	16,3	19,8
Não	82,5	75,9	76,7	83,7	80,2

Na maioria dos casos relatados na pesquisa (72,5%) não há uso de nenhum tipo de arma, mas em alguns crimes essa tendência se inverte completamente. Nos episódios de roubo de carros, roubo de motos e seqüestro, por exemplo, a ameaça com arma de fogo chega a 78,5%, 79,1% e 75,2%, respectivamente. Nos roubos de objeto, essa taxa cai para 56,8%. Nos de agressão é 10,1% e nos de ofensas sexuais corresponde a 4,3%.

**Tabela 4 – Os agressores usaram a arma? - em %**

	TOTAL GERAL	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL
Não usou	72,5	19,1	15	25,4	18,3	78,2	86,8
Arma de fogo	19,6	78,5	79,1	56,8	75,2	10,1	4,3
Pau/madeira	1,6		1,9	0,6		1,8	0,7

Também não há ferimentos na grande maioria dos casos descritos (81,6%). É importante notar, porém, que entre as vítimas de acidente de trânsito, 52,5% afirmam ter se machucado na ocorrência. Nos casos de seqüestro, essa taxa equivale a 20,4%, nas ofensas sexuais chega a 11,8%, nos episódios de agressão a 10%, nos roubos de carros a 8,1%, nos roubos de objetos a 6,9% e no roubo de motos a 4,3%.

Vale lembrar que entre os tipos de agressão há agressões verbais e ameaças, que não implicam, necessariamente em ferimentos, além dos tipos que tipicamente envolvem lesões.

**Tabela 5 – Teve ferimento? - em%**

	TOTAL GERAL	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO	ACIDENTE DE TRÂNSITO	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL
Sim	18,4	8,1	4,3	6,9	20,4	52,5	10	11,8
Não	81,6	91,9	95,7	92,1	78,1	44,5	88,4	85,6

No geral, precisaram de atendimento médico 12,7% dos que foram vítimas dos crimes com ameaça ou de acidentes de trânsito. Nesse último, essa taxa chega a 39,9%. Em casos de seqüestro, ela vai a 24,3%, no roubo de carros corresponde a 9,8%, nas ofensas sexuais é 6,7%. Quanto ao atendimento psicológico, a medida foi necessária especialmente nos casos de seqüestro (17,6%) e ofensa sexual (8%).

**Tabela 6 – Precisou de atendimento médico? - em %**

	TOTAL GERAL	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO	ACIDENTE DE TRÂNSITO	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL
Sim	12,7	9,8	3,1	3	24,3	39,9	5,6	6,7
Não	87,3	90,2	96,9	95,9	74,2	56,7	92,9	90,7

## 1.2 Notificação e satisfação com a polícia

Quanto ao outro módulo da Pesquisa Nacional de Vitimização, que trata da notificação oficial dos tipos de crime contemplados no estudo, conclui-se que 19,9% das vítimas de alguma dessas ofensas nos 12 meses que antecedem a coleta de dados deram queixa de pelo menos uma delas à polícia. A subnotificação média para a vitimização anual no Brasil, considerando-se apenas os 12 tipos de crimes listados no estudo, é de 80,1%.

A notificação fica acima da média principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte do país (25,3% e 24,5%, respectivamente), muito em função dos dados do Distrito Federal (33,3% de seus habitantes comunicaram as ocorrências à polícia), de Roraima (31,3%) e Rondônia (31,2%). Outras unidades da federação que também apresentam taxas de registro acima da média são Mato Grosso (29,1%), Acre (27,5%), Mato Grosso do Sul (24,4%), Tocantins (24,3%), Amapá (23,7%), Amazonas (23,7%) e Pará (23,7%).

Apresentam índices de notificação próximos à média, a região Sudeste (19,8%), principalmente por conta das taxas do Espírito Santo (18%) e Minas Gerais (20,9%) e a região Sul (21,5%), com seus estados do Rio Grande do Sul (21,3%), Santa Catarina (21,5%) e Paraná (21,7%).

As mais baixas taxas de notificação, de um modo geral, encontram-se no Nordeste (15,8%), especialmente nos estados da Paraíba (11%), Bahia (13,7%), Rio Grande do Norte (14,2%) e Pernambuco (14,6%). Também apresentam baixos índices e ficam abaixo das médias de suas respectivas regiões os estados do Rio de Janeiro (14,6%) e Goiás (19,9%).

Sobre as capitais, Porto Velho lidera o ranking de notificação, já que 35,4% das vítimas comunicaram a polícia pelo menos um dos 12 crimes que eventualmente tenham sofrido no ano anterior ao levantamento.

Em seguida, aparecem Brasília (33,2%), Boa Vista (31,3%), Cuiabá (29,5%), Rio Branco (29,1%), Campo Grande (28,1%), Belém (27,1%) e Maceió (26%).

Ficam próximas da média nacional as taxas de notificação entre as vítimas que moram em São Paulo (21,9%), Palmas (21,6%), Fortaleza (21,2%) e Teresina (20,6%).

Abaixo da média estão João Pessoa (com a mais baixa taxa de notificação, 8,5%), Salvador (12,2%), Natal (15,1%), Rio de Janeiro (15,2%), Goiânia (17,3%) e Recife (17,8%).

Em relação às variáveis socioeconômicas e demográficas, a taxa de notificação dos crimes é maior entre as vítimas que compõem a classe A, segundo o critério Brasil de segmentação (22,9%) e os de nível superior (24,2%).

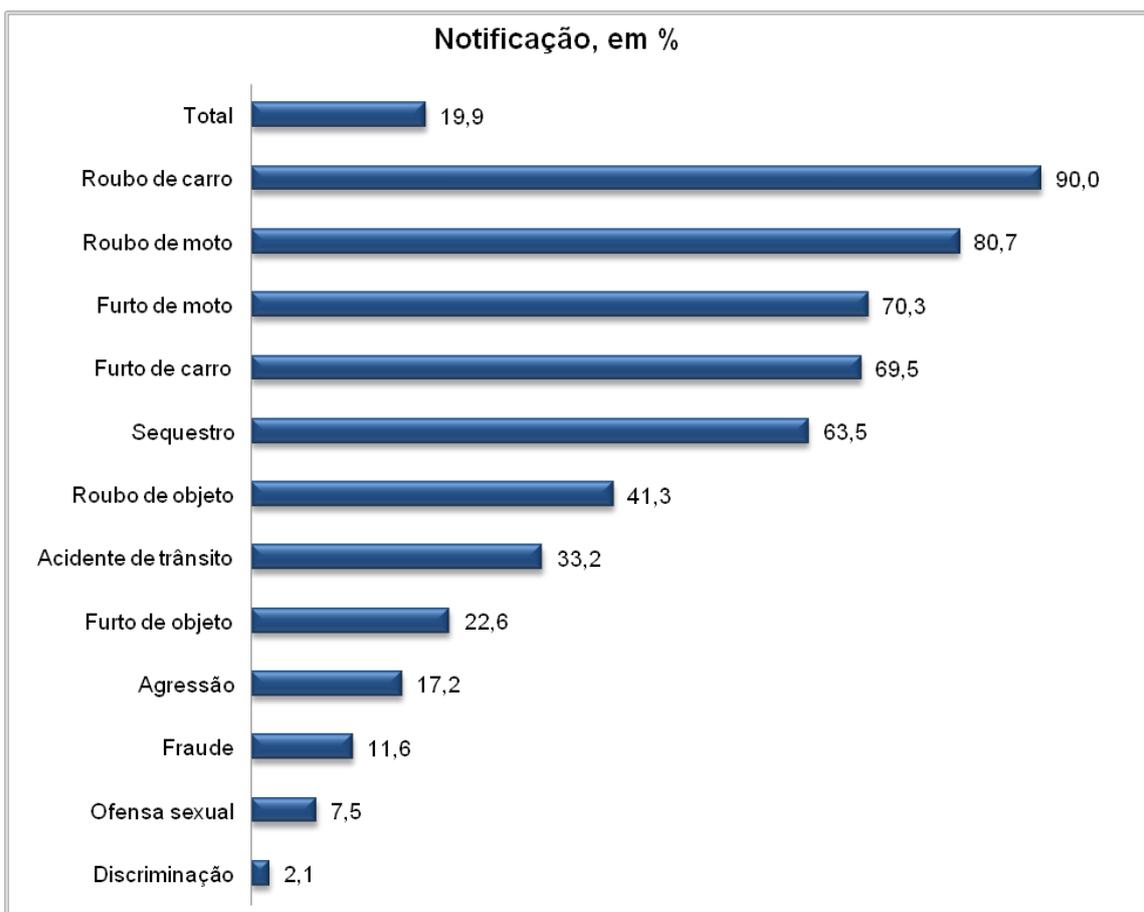
No extremo oposto, é interessante perceber que a subnotificação fica um pouco acima da média em um estrato específico de alta vitimização – entre as vítimas com idade de 16 a 24 anos, 79,3% deixaram de reportar à polícia os crimes ou ofensas que sofreram ao longo dos 12 meses que antecederam a pesquisa. Comunicaram pelo menos um deles, 20,7% das vítimas desse segmento.

Dos crimes contemplados no estudo, o roubo de carros é o que apresenta maior taxa de notificação (90%), seguido pelo roubo de moto (80,7%). Os furtos, tanto de motocicletas quanto de automóveis, aparecem em seguida com percentuais próximos – 70,3% e 69,5%, respectivamente.

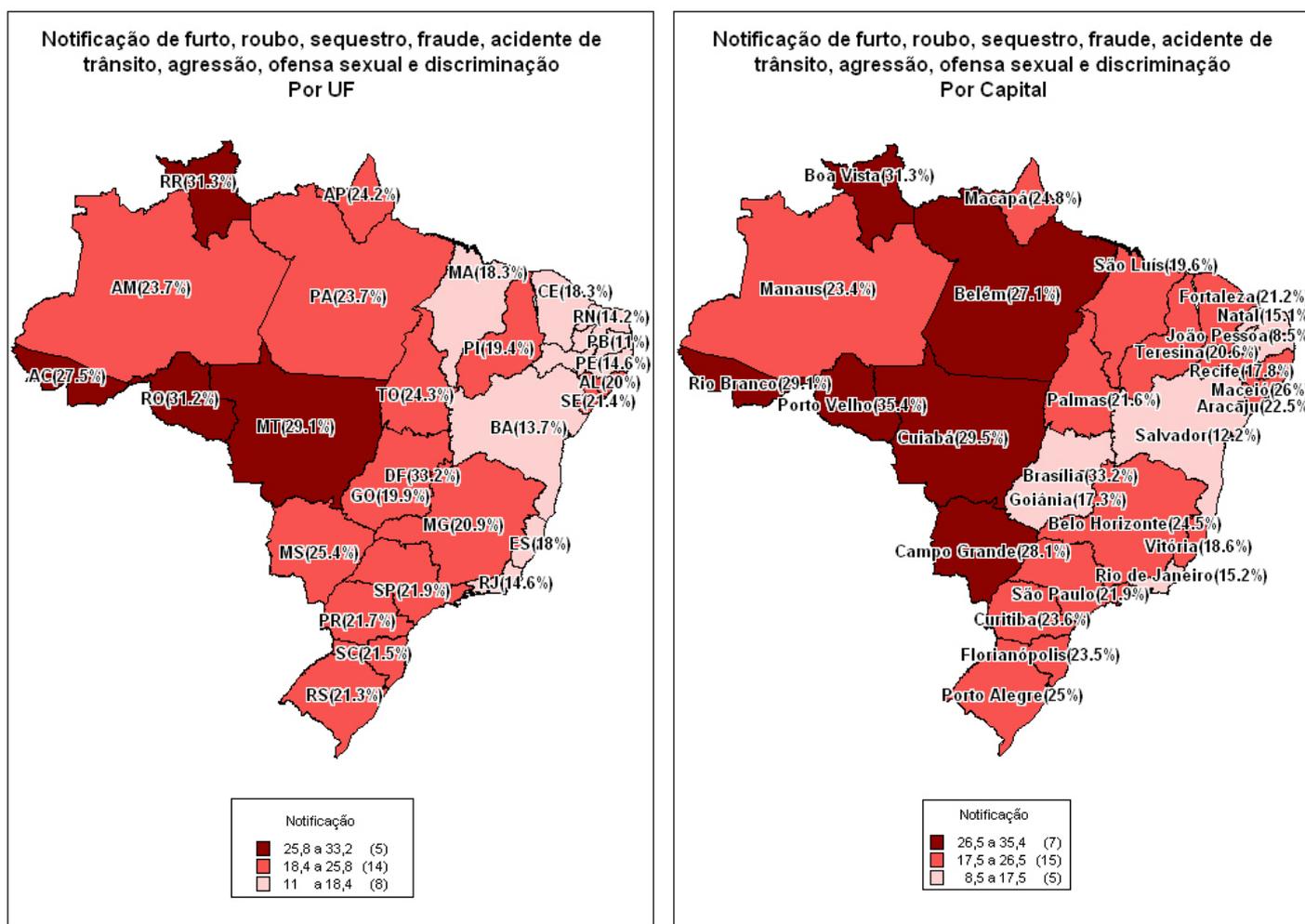
Casos de sequestro também são notificados pela maioria das vítimas (63,5%). O roubo de objetos ou bens alcança 41,3% de notificação e os acidentes de trânsito 33,2%.

As menores taxas de notificação encontram-se entre as vítimas de discriminação (2,1%), ofensa sexual (7,5%), fraudes (11,6%), agressões (17,2%) e furtos de objetos (22,6%).

Gráfico 4 – Notificou a polícia, por tipo de crime



Mapa 3 – Notificação – por UF e capital



No geral, considerando-se os tipos de crimes estudados, a polícia militar é mais acionada do que a polícia civil para o relato da ocorrência, com exceção dos casos de fraude.

O motivo mais freqüente para o registro da ocorrência é a esperança de recuperar o bem perdido, especialmente nos casos de roubo e furto de motos (71,4% e 68,6%, respectivamente) e de automóveis (59,5% e 51%, respectivamente).

Nos episódios de discriminação, além da afirmação de que o registro da ocorrência é um direito (35,8%), 33% das vítimas reportam o caso para impedir que o fato aconteça novamente. Entre as vítimas de ofensas sexuais e agressões, esse último motivo soma-se à necessidade de proteção (45,5% e 38,7%, respectivamente) e à esperança de ver o culpado punido (32,8% e 24,2%, respectivamente)

A vontade de ver o agressor preso aliás, é o motivador principal entre as vítimas de seqüestro (39,9%) e também é alto entre os que tiveram o carro roubado (34,9%).

**Tabela 7 – Por quais motivos procurou a polícia? - em %**

	TOTAL GERAL	FURTO CARRO	FURTO MOTO	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	FURTO OBJETO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO	FRAUDE	ACIDENTE DE TRÂNSITO	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL	DISCRIMINAÇÃO
Na tentativa de recuperar o bem	29,3	51	68,6	59,5	71,4	39,7	34,6	34,6	27,3	10,1	5,6	0,7	0,8
Apenas para registrar a ocorrência	22,8	24,9	22,9	21,9	9,3	21,6	24,1	12,1	23,7	31,7	11,5	11,5	10,9
Acredita ser um direito	23,7	24,6	21	31,2	17,6	19,5	20	28,7	21,8	20,6	24,1	16	35,8
Precisava do boletim para acionar o seguro	9,5	17,9	5,6	13,9	9,3	3,7	4	5,4	8,3	29,7	0,9		
Queria que o culpado fosse pego/punido	20,1	15,4	14,8	34,9	14,7	18,5	21,2	39,9	16,1	12,1	24,2	32,8	21,2
Precisava do boletim para solicitar novos documentos	13,3	13	9,8	8,9	7,6	17,4	26,3	11,3	13,8	4,9	4,1		1,7
Para impedir que aconteça novamente	19,5	8,3	4,7	11,4	2,3	14,3	10,9	39,4	19,8	4,3	34,8	38,2	33
Para se proteger/ por medo/ por se sentir ameaçado/ intimidado	19,5	6,9	4,8	12,5	5,4	13	11	38,3	12,5	3,9	38,7	45,5	21
Não conseguiu resolver a situação por meios próprios	7	3,9	8,7	5,6	1,2	4	3,8	10,5	9,2	6,9	8,4	12	7,1
Em situações anteriores, foi bem tratado/ atendido pela polícia	1,4	1,9	0,6	3,8	1,1	1,2	1,4	2,2	0,7	1,5	0,7		0,7
Conhecia alguém influente na polícia	1,3	1,1	2,3			1	1,6	3,5	1,6	0,8	1,2	1	0,3

Entre as vítimas que, no ano que antecedeu a pesquisa, prestaram queixa de pelo menos uma das ofensas que sofreram, 54,6% se dizem satisfeitas com a atuação da polícia no episódio. Entre as unidades da federação, as que deram queixa à polícia da Paraíba são as mais satisfeitas (65,6%), seguidas pelas do Rio Grande do Sul (64,5%), Rio de Janeiro (58,5%), Pernambuco (58,3%), Espírito Santo (58,1%) e Distrito Federal (57%).

Mais próximas à média estão as avaliações das polícias da Bahia (56,5%), de Minas Gerais (56,1%), de São Paulo (55,6%), do Rio Grande do Norte (55,1%), do Mato Grosso do Sul (55%), de Santa Catarina (54,6%) e do Paraná (53,5%).

A aprovação da polícia nos casos fica abaixo da média entre as vítimas que registraram ocorrências no Piauí (37,2%), em Roraima (41,4%), em Tocantins (41,9%), Alagoas (43,5%), Pará (44,5%), Amazonas (46,7%), Amapá (47,1%), Mato Grosso (47,5%), Sergipe (47,8%), Maranhão (48,3%), Goiás (48,7%), Rondônia (49%), Acre (49,3%) e Ceará (49,9%).

Nas capitais, o número de casos é reduzido e insuficiente para leitura segura dos dados estratificados para algumas cidades. Dentre as que têm base suficiente, destacam-se as aprovações à polícia entre as vítimas que notificaram os crimes nos municípios do Rio de Janeiro (69,4%), Natal (65,6%), Recife (62,4%), Belo Horizonte

(62,3%) e Salvador (61,4%). As taxas mais baixas vêm de Maceió (38,6%), Porto velho (40,4%) e Teresina (40,4%).

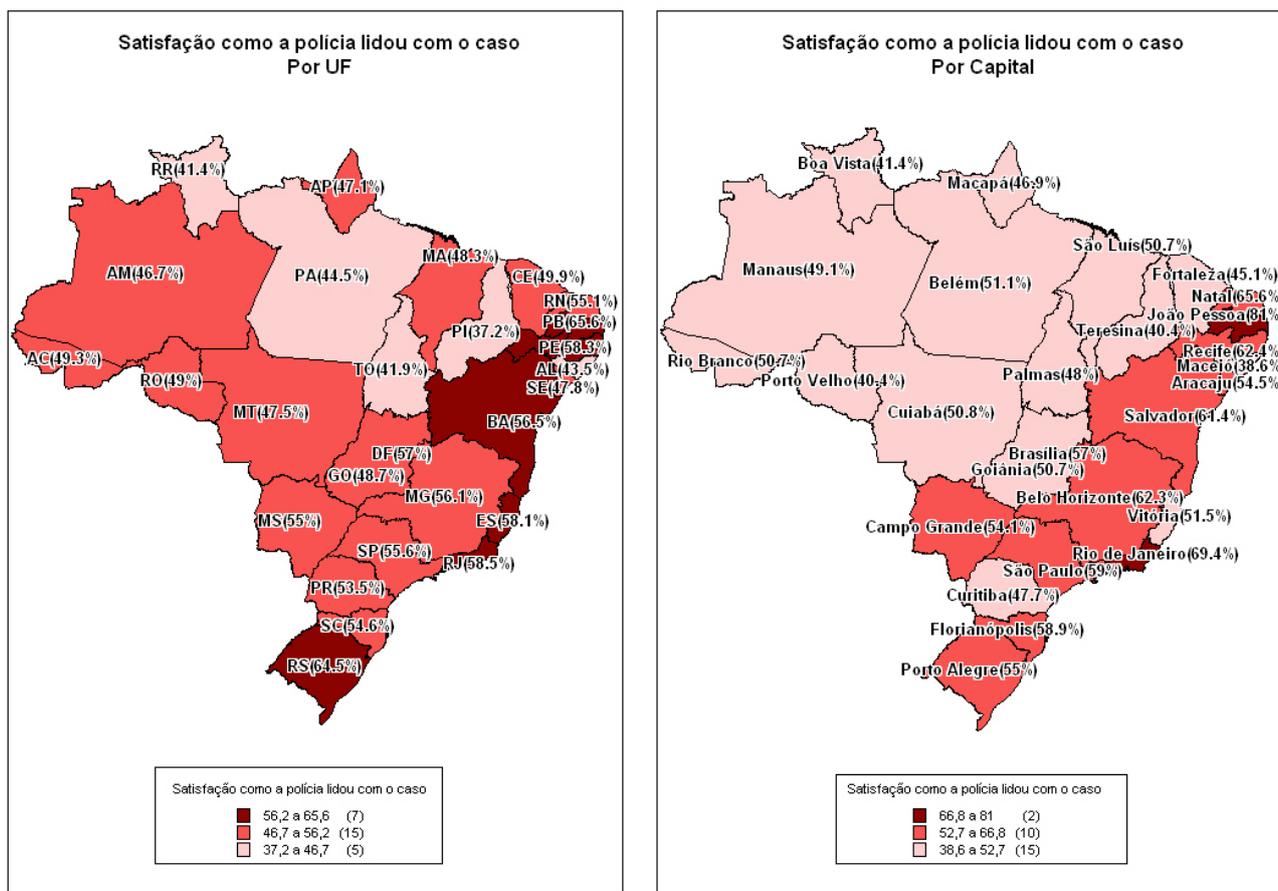
Por variáveis demográficas, percebe-se que a maior aprovação ao trabalho da polícia no tratamento dos casos que ocorreram no período contemplado pelo estudo está entre os mais velhos, isto é, entre os que têm 60 anos ou mais (61,5%). Entre os mais jovens, entre 16 e 24 anos, esse índice cai para 48,3%.

A satisfação com a atuação da polícia é maior entre as vítimas que registraram ocorrências de acidentes de trânsito (74,3%), roubo de carro (59,5%), discriminação (58,3%) e fraude (56,4%). Ela divide opiniões nos casos de agressão (52,4%) e furto de carro (49,8%). Fica abaixo do esperado principalmente para os que sofreram roubo de objetos (45,3%), sequestro (44,4%), roubo de motos (47,3%), furto de motos (38,4%) e furto de objetos (41,8%). Nos casos de ofensa sexual, essa taxa é de apenas 41,2%.

**Tabela 8 – Ficou satisfeito com o trabalho da polícia - em %**

	TOTAL GERAL	FURTO CARRO	FURTO MOTO	FURTO OBJETO	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO	FRAUDE	ACIDENTE DE TRÂNSITO	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL	DISCRIMINAÇÃO
<b>TOTAL</b>	54,6	49,8	38,4	41,8	59,5	47,3	45,3	44,4	56,4	74,3	52,4	41,2	58,3
<b>SUDESTE</b>	56,3	53,1	39,2	46,6	63,9	58	52,2	29,4	56,5	76,5	47,6	60	50,3
<b>ES</b>	58,1	21,5	43,1	51,1	43,4	0	39,4	0	49,1	84,1	46,4	0	35,8
<b>MG</b>	56,1	53	65,2	44,1	68,8	35,3	55,8	87,6	47,7	76,6	53,7	100	43,8
<b>RJ</b>	58,5	51,5	35,2	56	59,5	15,9	54,2	17,8	37	87,6	51,1	43,5	38,6
<b>SP</b>	55,6	53,8	34,9	45,4	65,4	78,7	51,3	14	61,8	72,7	43,9	50,3	57,1
<b>SUL</b>	58,4	48,2	33,9	45,1	52,4	14,2	38,4	73,4	54,3	80,1	59,2	34,8	72,2
<b>PR</b>	53,5	35,9	39,8	44,1	55,7	0	38,5	100	48,3	76,5	45,7	0	93,7
<b>RS</b>	64,5	62,7	10	49,6	51,4	0	37,4	31,6	60,4	86,5	69	16	71,6
<b>SC</b>	54,6	42,1	72,5	39,8	50,3	100	42,2	0	50	73,5	61,1	60,6	54,5
<b>NORDESTE</b>	52,9	41	37,2	37,5	44,2	23	42,3	55,3	61,8	70,2	57,5	8,2	66
<b>AL</b>	43,5	48,8	0	18,1	0	0	41,2	0	47,8	94,7	49,7	0	35,3
<b>BA</b>	56,5	44,7	53,7	42,3	7,4	29	52	100	57,6	69,7	63,3	6,7	68,3
<b>CE</b>	49,9	40,4	30,6	38,6	64,5	13,1	36,7	100	55,9	74,6	57,9	50	82,4
<b>MA</b>	48,3	45,7	34	26	0	0	43,3	0	36,2	54,1	56,7	0	47,3
<b>PB</b>	65,6	75,3	39,4	64,9	0	0	54	0	77,2	66,5	63	0	0
<b>PE</b>	58,3	5,5	52,2	50,2	55	0	43,4	0	81,2	69	55,3	0	43,7
<b>PI</b>	37,2	100	0	3	0	0	38,3	0	47,3	58,3	53,4	0	83,2
<b>RN</b>	55,1	26,1	0	31,2	100	83,4	42,5	54,4	57,6	90,1	51,2	0	74,1
<b>SE</b>	47,8	100	32,6	56,9	100	100	19,3	0	66,9	64,6	53,5	0	0
<b>CENTRO-OESTE</b>	52,0	38,3	50,3	32,7	57,3	74,8	42,7	81,2	52,8	66,1	57,6	26,5	57,5
<b>DF</b>	57,0	38,5	0	36	0	100	45,5	0	51,2	66	76,4	0	0
<b>GO</b>	48,7	38,7	51,9	32	45,7	50,8	38,9	77,3	47,3	61,9	50,3	26,9	54,4
<b>MS</b>	55,0	0	79,1	35,7	0	100	48,1	100	52,7	79,5	53,2	0	100
<b>MT</b>	47,5	44,1	21,7	25,9	73,9	25,7	40,9	71,7	71,7	61,5	49,8	38,8	47,6
<b>NORTE</b>	45,5	24,4	28,7	33,7	60,5	34,1	35,6	60,9	53	60,5	51,3	29,4	50,4
<b>AC</b>	49,3	55,4	0	29,6	100	15,1	48,4	100	54,9	85,8	58,2	0	100
<b>AM</b>	46,7	0	25,8	25,8	0	0	35,5	47,7	63	77,7	48,2	0	0
<b>AP</b>	47,1	41,1	45,2	29,7	0	0	35,1	0	53,8	67,6	46	55,7	68
<b>PA</b>	44,5	0	19,1	36,7	65,7	35,5	35,5	75,2	41,8	58,3	54,9	25,2	61,2
<b>RO</b>	49,0	100	35	41,9	0	58,2	39	0	100	52,6	37,2	0	0
<b>RR</b>	41,4	57,8	25,8	41	0	0	34,9	0	39,4	47	42,6	0	0
<b>TO</b>	41,9	0	80,3	33	0	0	23,1	0	91,4	48,8	48,8	0	0

Mapa 4 – Satisfação com a polícia – por UF e capital



Entre as vítimas que avaliam positivamente a atuação da polícia ao notificarem as ofensas que sofreram, os motivos mais frequentes apontados para justificar tal opinião são subjetivos – a cordialidade (23,2%) e a atenção dos policiais (24,2%) no atendimento às ocorrências.

Em apenas 5,7% das respostas, as vítimas que deram queixa e aprovaram o desempenho da polícia o fizeram porque o bem foi recuperado e em 3,7% porque os agressores ou assaltantes foram presos. A recuperação dos bens é motivo apresentado especialmente pelos que foram vítimas de roubo de motos e carros (23% e 24%, respectivamente).

Como razões de insatisfação, além do aspecto subjetivo da falta de atenção dos policiais (25,4%), aparecem as afirmações de que a polícia não recuperou o bem (11,7%), não resolveu o caso (10,8%) e não achou o culpado (9,7%). Entre as vítimas de furto de motos estão os que mais reclamam do fato da polícia não ter recuperado o

bem (24,6%) e entre as vítimas de sequestro, 18,1% afirmam que os agressores não foram encontrados.

**Tabela 9 – Motivos de satisfação e insatisfação com o trabalho da polícia - em %**

	TOTAL GERAL	FURTO CARRO	FURTO MOTO	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	FURTO OBJETO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO	FRAUDE	ACIDENTE DE TRÂNSITO	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL	DISCRIMINAÇÃO
<b>FICOU SATISFEITO</b>													
O atendimento policial foi cordial e gentil	23,2	22,9	21,7	21,4	13,3	18,8	20,3	14,5	24,4	31	18,9	4,2	21,5
A polícia teve 'boa vontade'/ atenção para resolver o caso	24,2	20,5	17,6	22,4	5,6	16,6	20,2	24,6	23,2	28,6	24,9	20,6	29,4
A polícia recuperou o bem	5,7	13,2	16,8	24	23	5,3	5,8	10,5	4,4	1,5	1,3		
A polícia foi rápida e eficiente durante o atendimento	13,5	10,3	7	8,5	2,9	10,1	10,3	5,6	13,5	22,9	10,5	7,4	7,3
A polícia foi rápida e eficiente para resolver o caso	10,3	7,4	11	15,2	6,9	4,8	4,5	7,6	10,9	15,3	11,3	3,4	14,1
A polícia chegou rápido ao local	8,1	6,5	5,2	9	3,2	5,6	7,2	12,9	3,5	17,7	5,4		2,3
A polícia prendeu o assaltante	3,7	3,6	5,4	4,4	3,8	2,6	6,3	9,1	1,8	0,6	4,3	4,4	
A polícia o (a) manteve informado (a)	2,5	1,9	4,2	2,7		1,9	2,7	3,3	2,3	1,5	2,5	0,7	5,3
<b>NÃO FICOU SATISFEITO</b>													
A polícia não se mostrou interessada/ Não deu atenção	25,4	26	20,7	25,2	26	28,3	27,9	21,9	22,3	9	26,3	30,9	15,4
A polícia não recuperou o bem	11,7	18,2	24,6	13,8	20,1	21,9	14,4	13,9	7,1	0,8	2,6		0,4
A polícia não achou/não prendeu o culpado	9,7	11,4	16	11	2,9	13,2	11,3	18,1	5	2,2	7,9	16,5	3,3
A polícia foi lenta/ ineficiente durante o atendimento	8,2	9,5	9,8	14,7	6,2	6,4	9,8	9,2	6,6	5,1	8,3	8,5	2,4
A polícia foi lenta/ ineficiente para resolver o caso	10,8	6,8	9,5	9,3	13,1	10,7	10,3	24,6	9,8	6	11,7	18,4	12,6
A polícia não o (a) manteve informado	5,1	6,4	8,9	6	6,1	5,5	4,8	13,2	5,6	1,8	4,5	6,6	1,9
Foi 'mal tratado' no atendimento no atendimento policial	4,1	4,1	5,2	1,4	10,2	2,9	3,4	8,4	4,3	2,5	4	7	5,7
A polícia demorou para chegar ao local	4,7	2,6	2,4	10,1	4,2	4,7	5,7		1,5	4,5	4,6	4,9	1,8
A polícia quis recompensa por achar o bem	0,1	0,3	0,6		0,8	0,1				0,1			0,6

Uma possibilidade de indicador para avaliação desse desempenho dos órgãos oficiais pode ser a identificação de criminosos e agressores por parte da polícia nos episódios narrados pelos entrevistados. Na maioria dos casos (61,6%), os autores dos crimes ou ofensas não foram identificados. Das vítimas, 5,5% nem souberam dar essa informação. Em 38,4%, descobriram-se quem eram os criminosos.

O sucesso em se chegar ao autor é maior especialmente nos tipos de ofensa onde a vítima já conhecia o agressor mesmo que de vista, como nos casos de

discriminação (79,6%), ofensas sexuais (70,7%) agressão (62,2%) ou quando é mais fácil identificar o infrator, como nos casos de acidente de trânsito (71,3%).

Quando se depende mais de investigação, essas taxas caem para 9,1% nos furtos de carros, 14,6% nos furtos de objetos, 15,4% nos roubos de objetos, 18,2% nos sequestros, 20% nas fraudes, 21,3% nos roubos de carros, 21,4% nos furtos de motos e 25,9% nos roubos de motos.

**Tabela 10 – A polícia identificou os agressores? - em %**

	TOTAL GERAL	FURTO CARRO	FURTO MOTO	FURTO OBJETO	ROUBO CARRO	ROUBO MOTO	ROUBO OBJETO	SEQUESTRO	FRAUDE	ACIDENTE DE TRÂNSITO	AGRESSÃO	OFENSA SEXUAL	DISCRIMINAÇÃO
Sim	38,4	9,1	21,5	14,6	21,3	25,9	15,4	18,2	20	71,3	62,2	70,7	79,6
Não	61,6	90,9	78,5	85,4	78,7	74,1	84,6	81,8	80,0	28,7	37,8	29,3	20,4

## 2. Sensação de segurança

Foi analisado o sentimento de segurança dos entrevistados sob diversas circunstâncias. Em relação ao bairro onde o entrevistado reside, foi perguntado se ele se sentia seguro em andar pelas ruas de dia e de noite. Durante o dia, 48,3% afirmaram se sentir muito seguros. À noite, essa proporção diminuiu mais da metade, sendo que apenas 22,5% se sentem muito seguros. O mesmo foi medido quanto ao local de trabalho: de dia, 23,4% se sentem muito seguros; de noite, cai para 11,9%.

Analisando o sentimento de segurança em andar nas ruas do bairro onde mora durante o dia face às características sociodemográficas, verifica-se maior proporção dos que se sentem muito seguros entre homens (52,4%); brancos (51%); os mais instruídos (51,3%) bem como os mais velhos (52,1%) e os que fazem parte das classes AB (51%).

Em relação a andar nas ruas do bairro onde mora durante a noite, observa-se uma redução na sensação de segurança e inversão na correlação com algumas características sociodemográficas. Homens (26,7%) continuam se sentindo mais seguros do que as mulheres (18,7%), os menos escolarizados sentem-se mais seguros (24,9%) do que os mais escolarizados (20,3%).

Quando enfocado o sentimento de segurança nas ruas do bairro onde trabalha de dia, os homens (54,9%) afirmaram se sentir mais seguros do que as mulheres (30,2%), entrevistados com mais anos de estudo e os de classe mais elevada tendem sentir mais segurança.

Durante a noite, 25,8% sentem-se inseguros em circular pelas ruas onde trabalham, entre os que têm entre 35 e 44 anos chega a 35,3%. A sensação de insegurança é mais alta também entre os mais escolarizados (34,7%) e entre os que fazem parte das classes A (32,8%). Deve-se considerar que 43,6% dos entrevistados não trabalham ou não circulam pelas ruas do trabalho à noite.

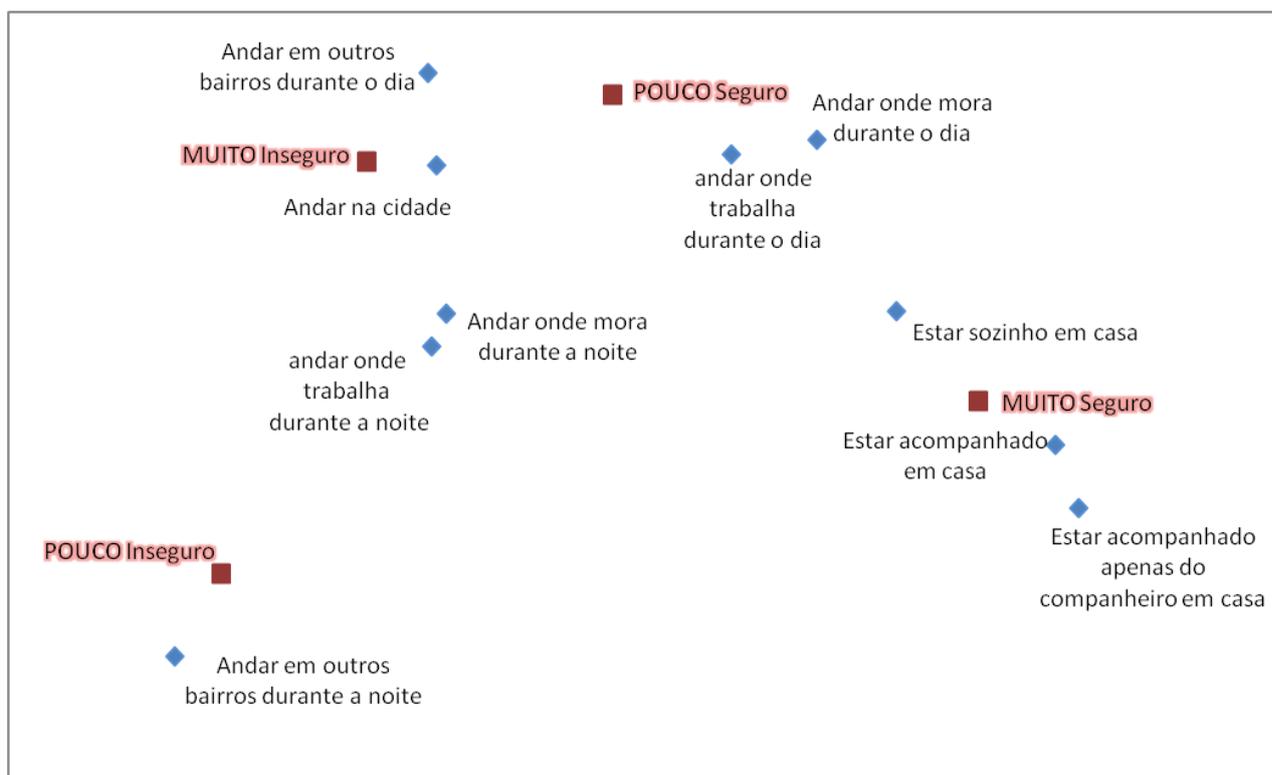
Quando o local de análise passa a ser ruas de outros bairros durante o dia, 51,6% dos entrevistados sentem-se seguros, sendo que 17,7% sentem-se muito seguros. Durante o dia, homens (19,1%) relataram se sentir mais seguros do que as mulheres (16,5%), brancos (19,5%) mais do que pardos (16,2%) e pretos (17%), e os adultos acima de 45 anos (19%).

Já quando circulam por outros bairros durante à noite, a maioria sente-se inseguro (67,2%), dos quais 45,4% sentem-se muito inseguros. A sensação de

insegurança é maior entre as mulheres (50,1%) e entre os que se declaram pardos (49,4%). Declaram não andar pelas ruas de outros bairros à noite 5,5% dos entrevistados.

Em relação ao sentimento de segurança ao andar nas ruas da cidade em geral, 53,5% sentem-se seguros e 45,7% inseguros. Os homens (22,5%) se sentem muito mais seguros do que as mulheres (16,6%). Analisando-se os resultados pelas capitais, observa-se em Florianópolis o maior índice de moradores que se sentem muito seguros em andar pelas ruas da cidade: 23,9%. Já os maiores índices de muito inseguro são observados em Belém (54,6%), Maceió (52,4%) Fortaleza (47,4%), São Paulo (45,7%) e São Luis (45,2%).

**Gráfico 5 – Sensação de segurança**



Quando analisada a sensação de segurança quando o entrevistado se encontra sozinho em casa, verifica-se que a maioria sente-se seguro (84,7%), contra 14,9% que sentem-se inseguros. Os homens (66,1%) sentem-se muito mais seguros do que as mulheres (50,1%).

Interessante observar que a sensação de segurança dos entrevistados, de modo geral, aumenta quando estão acompanhados em casa. Assim, a grande maioria (94,1%) sente-se seguro quando está acompanhado em casa, sendo que 72,6% sentem-se muito seguros.

Já quando se trata de estar em casa acompanhado somente do companheiro, 65,4% sentem-se seguros, dos quais 52,6% consideram-se muito seguros. Os homens sentem-se mais seguros do que as mulheres (72,2% contra 59,1%). Os mais escolarizados e os que fazem parte das classes mais altas sentem-se mais seguros do que os menos escolarizados e os que fazem parte das classes menos favorecidas. Um terço declara que não tem companheiro (a).

Foram mensuradas quais atividades o entrevistado teme que ocorram com ele na vizinhança: metade dos entrevistados teme ser vítima de bala perdida (52,0%) e estar no meio de um tiroteio (50,7%). O índice dos que temem ser assaltados chega a 43,9% e 43,5% têm medo de ser vítima de agressão física.

Um terço (34,3%) teme ser confundido com bandido pela polícia e índice semelhante (33,2%) tem medo de ser vítima de extorsão por parte da polícia.

O medo de ser vítima de sequestro ou sequestro relâmpago atinge 29% e 28,8% temem serem confundidos com bandido por agentes de seguranças particulares.

O medo de agressão sexual atinge 26,2% e 25,4% temem ter carro ou moto roubados em um assalto. O índice dos que temem ser vítima de agressão por parte de companheiro ou ex-companheiro é de 7,6%.

### 3. Percepção de criminalidade

Em relação à percepção da criminalidade na cidade, apenas 9,9% dos entrevistados afirmaram que a mesma diminuiu nos últimos 12 meses. Enquanto 60,3% afirmam que a criminalidade aumentou na sua cidade no mesmo período. Quando analisada sob a perspectiva sociodemográfica, percebe-se uma pequena diferença quanto ao sexo dos entrevistados, sendo que mais mulheres percebem o aumento da criminalidade (66,0%) em comparação com os homens (54%). Consideram que a criminalidade na cidade onde moram aumentou, principalmente, os mais velhos (63,3%) e os que fazem parte da classe A (62,7%).

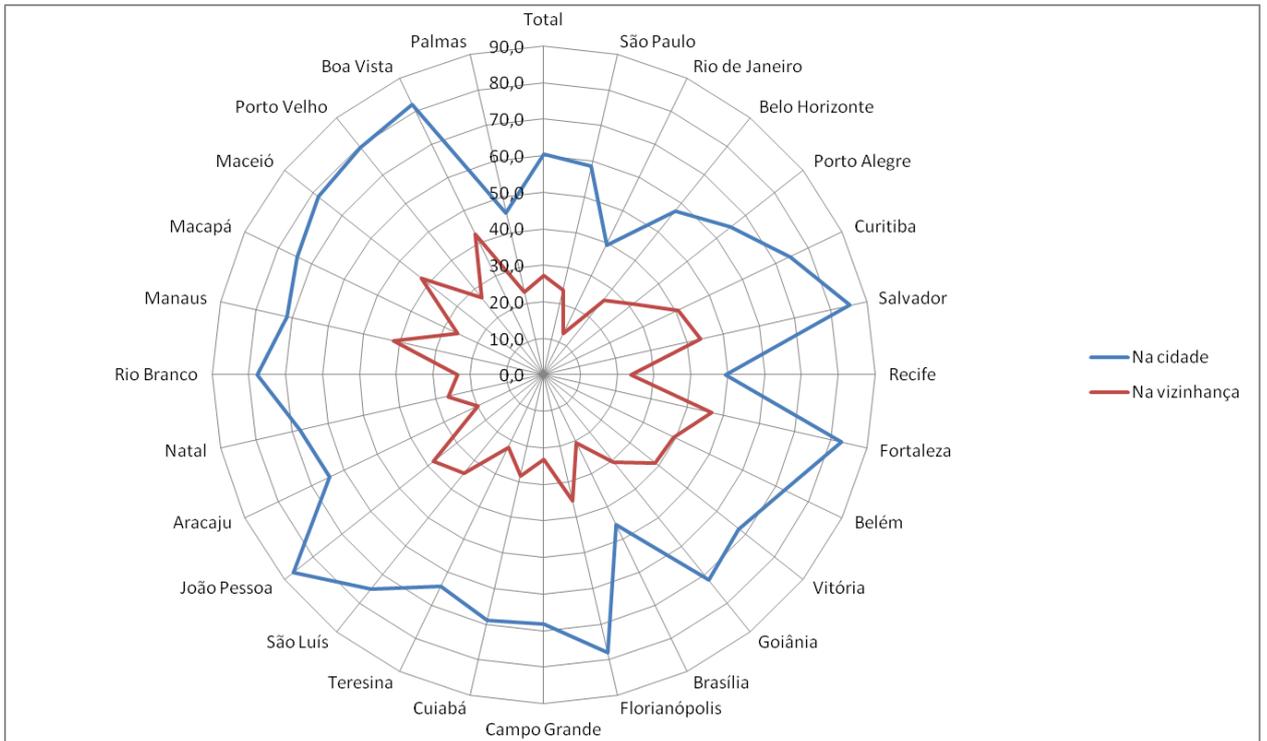
Em relação à percepção da criminalidade na vizinhança, 16,6% dos entrevistados afirmaram que a mesma diminuiu nos últimos 12 meses. Enquanto 27,1% dos entrevistados afirmam que a criminalidade aumentou na sua vizinhança no mesmo período.

Analisando-se os resultados pelas capitais, observa-se que a percepção de criminalidade na cidade é maior do que na vizinhança. Percebem que a criminalidade aumentou na cidade principalmente os moradores de João Pessoa (86,7%), Salvador (85,4%), Fortaleza (83%) e Boa Vista (82%).

Já na vizinhança, os maiores índices de percepção de aumento da criminalidade são observados em Fortaleza (46,7%), Boa Vista (42,8%), Maceió (42,4%), Manaus (41,8%) e Salvador (43,8%).

Observa-se que no Rio Janeiro está a maior taxa de entrevistados que acreditam que a criminalidade diminuiu tanto na cidade quanto na vizinhança (28,4% e 33%, respectivamente).

**Gráfico 6 – Percepção de aumento de criminalidade na cidade e na vizinhança (taxa de aumento), em %**



#### 4. Percepção de risco de vitimização

Duas baterias de questões focadas no medo de ser vítima de algum crime e na chance de que isso viesse a ocorrer nos 12 meses posteriores possibilitou medir a tensão latente dos entrevistados. De forma geral, os crimes que geram medo no maior número de pessoas são ter a residência invadida ou roubada (71,9% têm medo) e ter objetos pessoais de valor tomados à força por outras pessoas em um roubo ou assalto (70,7%). Estes dois crimes são também aqueles com maior potencial para fazer o entrevistado de vítima: 35,4% acreditam que podem ter a casa invadida nos 12 meses posteriores à entrevista, e 37,8% acreditam que podem ter objetos tomados à força no mesmo período.

	TEM MUITO MEDO	ACHA QUE PODE SER VÍTIMA
Morrer assassinado	49,6	29,3
Ter objetos pessoais de valor tomados a força por outras pessoas em um roubo ou assalto	46,4	37,8
Ter sua residência invadida ou arrombada	45,1	35,4
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro	40,1	29,3
De ser seqüestrado	39,9	26,2
De sofrer sequestro relâmpago	39,4	26,5
De ser vítima de agressão sexual	37,8	23,8
Receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro	37,2	30,5
Se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	36	27,4
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas	34,3	27,3
Ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias	32,6	26,3
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados	27,5	23,2



morrer assassinados (86,8%, 80,7% e 80,6%, respectivamente, ante a média de 64,9% na média do país).

Em Teresina, Belém e Fortaleza são observados os maiores índices dos que temem ser assaltados (74,2%, 68,3% e 63%, respectivamente). O medo de ter a casa invadida atinge os maiores índices em Teresina (75,8%), João Pessoa (67,5%), Belém (63,1%), São Luis (61,9%) e Aracaju (60,6%).

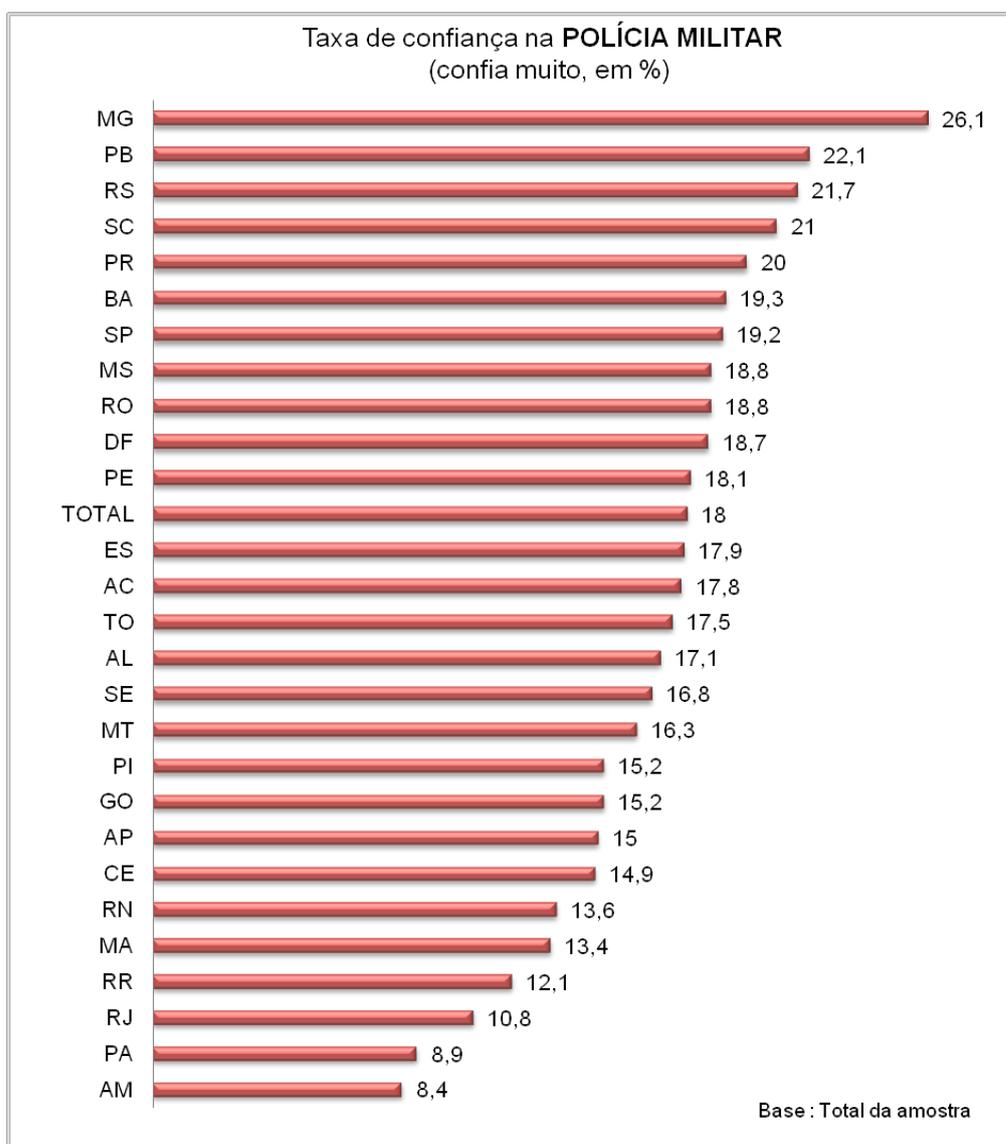
O medo de ser vítima de agressão sexual é maior entre as mulheres (52,4%) do que entre os homens (21,8%). Os mais jovens (43%) também temem mais esse tipo de violência em grau acima da média.

## 5. Contato com a polícia

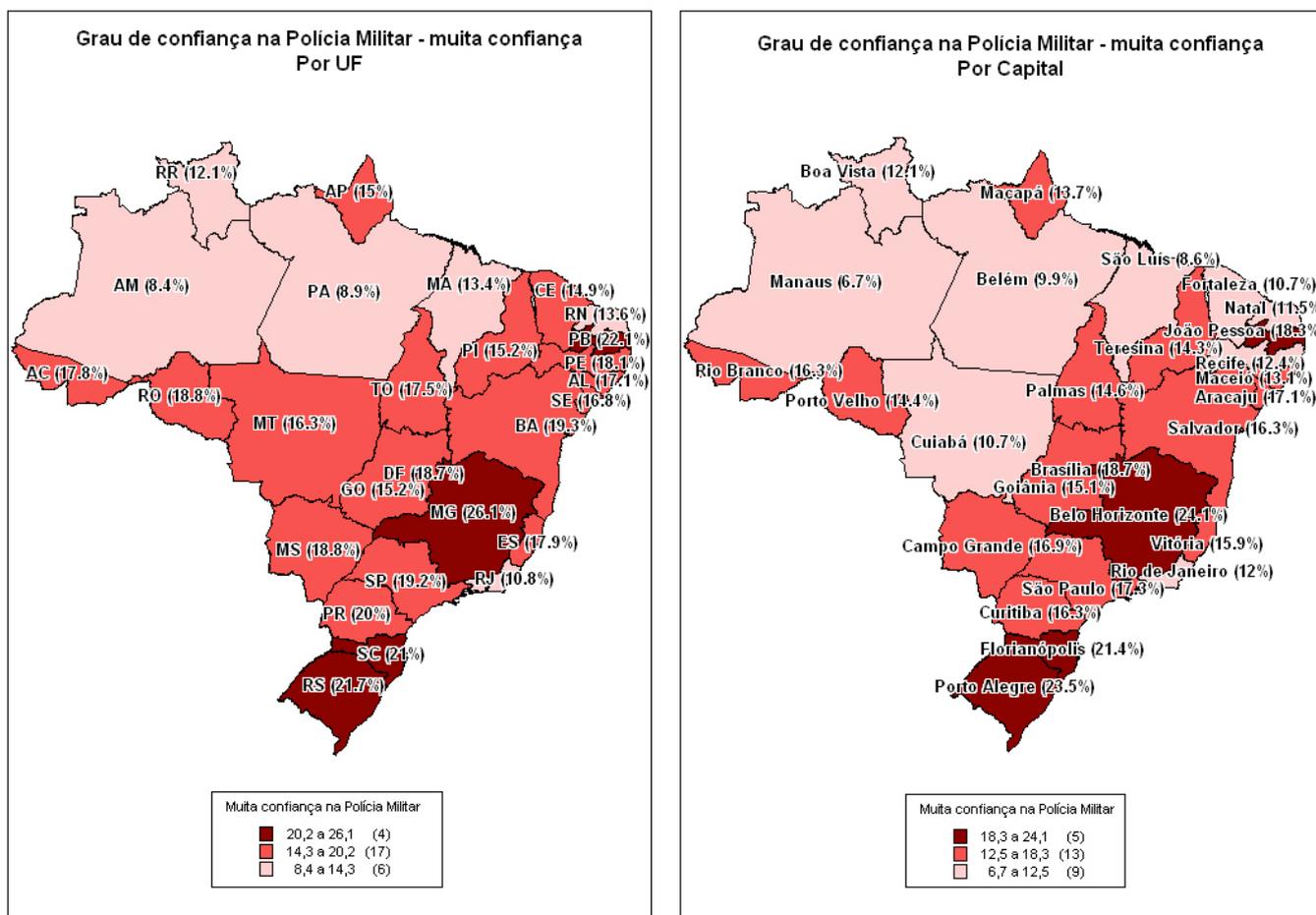
### 5.1 Polícia Militar

A maioria (77,6%) dos entrevistados confia na Polícia Militar, mas, neste grupo, apenas 18% confiam muito – os demais 59,6% dizem confiar um pouco. Esse nível de confiança se distribui de forma desigual pelo país. Considerando a taxa de muito confiável atribuída à Polícia Militar, a corporação com mais confiabilidade é a de Minas Gerais (26,1% confiam muito). Entre consideradas muito confiáveis por ao menos 20% dos entrevistados aparecem ainda a Polícia Militar da Paraíba (22,1%), do Rio Grande do Sul (21,7%), de Santa Catarina (21%) e do Paraná (20%).

Gráfico 8 – Confiança na Polícia Militar (taxa de confia muito), em %



Mapa 5 – Grau de confiança na Polícia Militar por UF e capital



O destaque das polícias militares dos Estados do Sul entre as mais confiáveis contrasta com a situação captada no Norte, onde os dois Estados de maior população têm as corporações com os menores níveis de confiabilidade. No Amazonas, 8,4% consideram a Polícia Militar muito confiável, e no Pará, 8,9%. São as únicas unidades da Federação com essa taxa de avaliação abaixo de 10%. Em seguida aparecem Rio de Janeiro (10,9%) e Roraima (12,1%).

Além da confiança, outros aspectos do trabalho da Polícia Militar foram consultados, e os resultados revelam alguns aspectos negativos da imagem da corporação junto à população. Em uma bateria de frases com as quais os entrevistados podiam concordar ou discordar, por exemplo, 54,4% concordaram que “os policiais militares fazem “vista grossa” à desonestidade de seus colegas”. Outros 12,2% não concordaram nem discordaram, 11,2% não responderam, e uma fatia de 22,2% discordou da sentença. Para 57,7%, “os Policiais Militares abusam do uso da força e de sua autoridade”, e 20,1% não concordam nem discordam com a afirmação

ou não souberam responder. Nesse caso, os que discordam também forma minoria (22,2%). O preconceito também está bastante associado à ação da corporação: 49,9% concordam que “os policiais militares são preconceituosos quando abordam as pessoas na rua”, e outros 22,1% não concordam nem discordam ou não responderam. A taxa dos que discordam dessa afirmação é de 28%.

Em outros temas, a população tem opiniões mais divergentes sobre a imagem da Polícia Militar. É o que acontece, por exemplo, quando se afirma que “os policiais militares abordam suspeitos de forma segura e dentro da lei”. Concordam com essa sentença 39,9%, enquanto 36,8% discordam, e 15,7% não discordam nem concordam. Em relação à afirmativa que “os policiais militares não estão preparados para usar armas de fogo”, 41,4% discordam, 35,3% concordam, e 16,7% não discordam nem concordam. Outra questão traz índices similares, mas menos favoráveis para a polícia: 41,2% discordam que “os policiais militares atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança”, enquanto 35,8% concordam, e 17,6% não concordam nem discordam. Quando consultados se “os policiais militares sabem como agir em situações de risco e perigo”, 51,3% concordaram, 27,8% discordaram, e 15,2% não concordaram nem discordaram.

A forma de contato dos policiais militares com a população também foi analisada, e a opinião da população varia entre a aprovação e a cautela. Em uma bateria de questões relacionadas ao tema, a apresentação pessoal dos policiais, como a maneira de se vestir e falar, foi considerada boa por 45,4% e ótima por 6,1%, com taxa de aprovação total de 51,5% - a mais alta entre os tópicos consultados. Outros 30,3% veem a apresentação pessoal como regular, e 11,8%, como ruim ou péssima. O trabalho na organização do trânsito é aprovado por 37,9% (34,3% o consideram bom, e 3,6%, ótimo), enquanto 35% o avaliam como regular, e 17,5%, como ruim ou péssimo. O trabalho de abordagem policial em blitz e revista pessoal tem aprovação similar ao trabalho no trânsito: 37,9% aprovam (33,4% dizem que o é bom, e 4,5%, que é ótimo), outros 33,6% avaliam como regular, e 16,2% consideram ruim ou péssimo. Em relação à proteção dos direitos das pessoas, 32,7% consideram o serviço prestado pela polícia ótimo ou bom, 38,3% avaliam como regular, e 19,9%, como ruim ou péssimo. A rapidez e a qualidade no atendimento policial foram aprovadas por 31,5%, índice menor do que os que dizem que esses aspectos do serviço são regulares (35%). Há ainda 25,3% que desaprovam a rapidez e a qualidade do atendimento policial. Entre os tópicos analisados nesta série de questões, a pior avaliação foi atribuída à punição dos policiais com mau comportamento: 32,6%

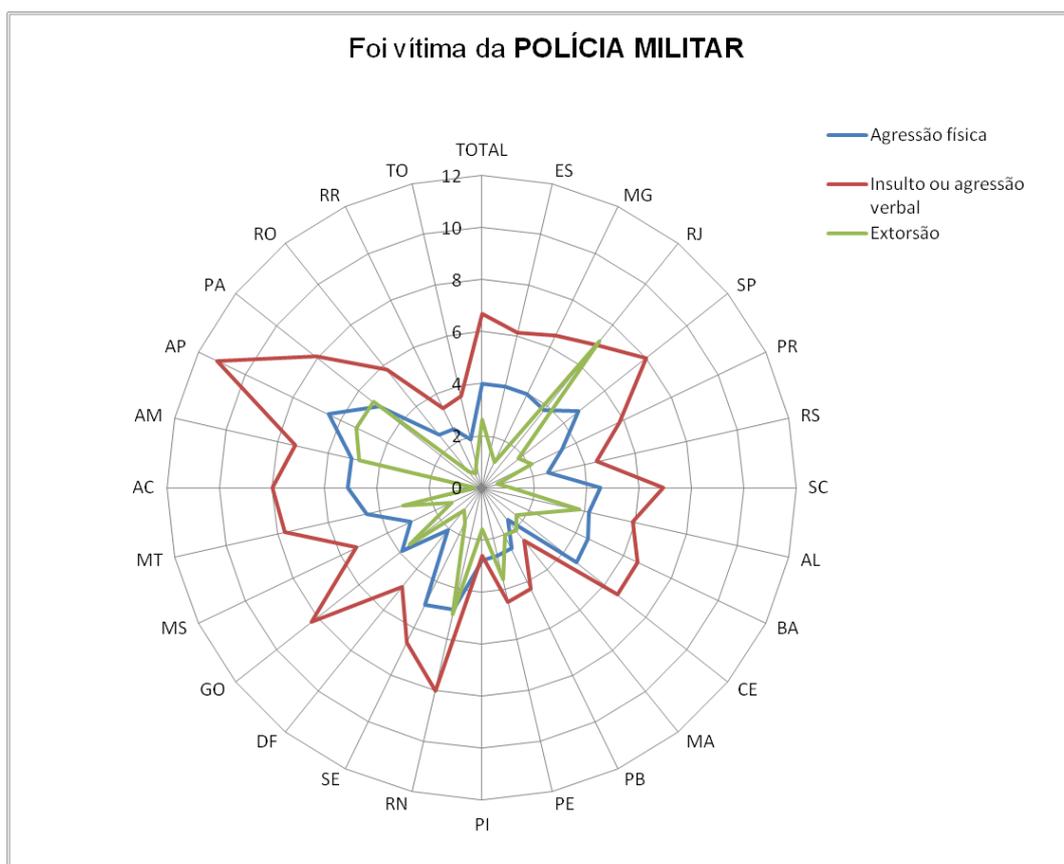
desaprovam a forma como a Polícia Militar trabalha com esse assunto (16,2% dizem que é ruim, e 16,4%, que é péssimo), enquanto 31,4% analisam que é regular. A taxa de aprovação, neste caso, fica em 22,5% (18,7% avaliam como bom, e 3,8%, como ótimo).

De forma geral, a maioria (68,1%) vê policiais militares na sua vizinhança ou proximidades. Nos 12 meses anteriores à entrevista, as ações da Polícia Militar mais vista pelos entrevistados em sua vizinhança foi a revista de pessoas, testemunhada ao menos uma vez por 38,5%. Em seguida vêm a revista de veículos (31%), pessoas sendo presas (29,1%), perseguição policial (20,8%), atuação da polícia em crimes que estavam acontecendo (16,4%), apreensão de armas, drogas ou contrabando (14,1%) e enfrentamento armado entre a polícia e o tráfico, gangues, facções criminosas e milícias (8,7%).

De forma geral, a taxa de vitimização pela Polícia Militar é baixa entre os brasileiros. Declararam ter sido vítimas de violência física, por exemplo, 4%. Insultos ou agressões verbais vitimaram uma fatia maior (6,7%), enquanto a taxa dos que foram extorquidos ou pagaram propina fica em 2,6%.

A violência física por parte de policiais militares registrou maior incidência no Amapá (6,5%), no Acre (5,1%), no Amazonas (5,1%), no Pará (5%) e no Sergipe (5%). Apenas o Tocantins teve menos de 2% da população agredida fisicamente pela Polícia (1,9%). Em relação à agressão verbal e insultos pela Polícia Militar, a maior incidência aconteceu no Amapá (11,2%), seguido por Goiás (8,3%), Pará (8,1%) e São Paulo, Rio Grande do Norte e Acre (8% cada). Já a maior taxa de extorsão e pagamento de propina envolvendo membros dessa corporação foi registrada no Rio de Janeiro (7,0%). Em seguida, com índices acima 5%, aparecem Amapá e Pará (5,3% cada).

**Gráfico 9 – Situações em que foi vítima da Polícia Militar por UF, em %**

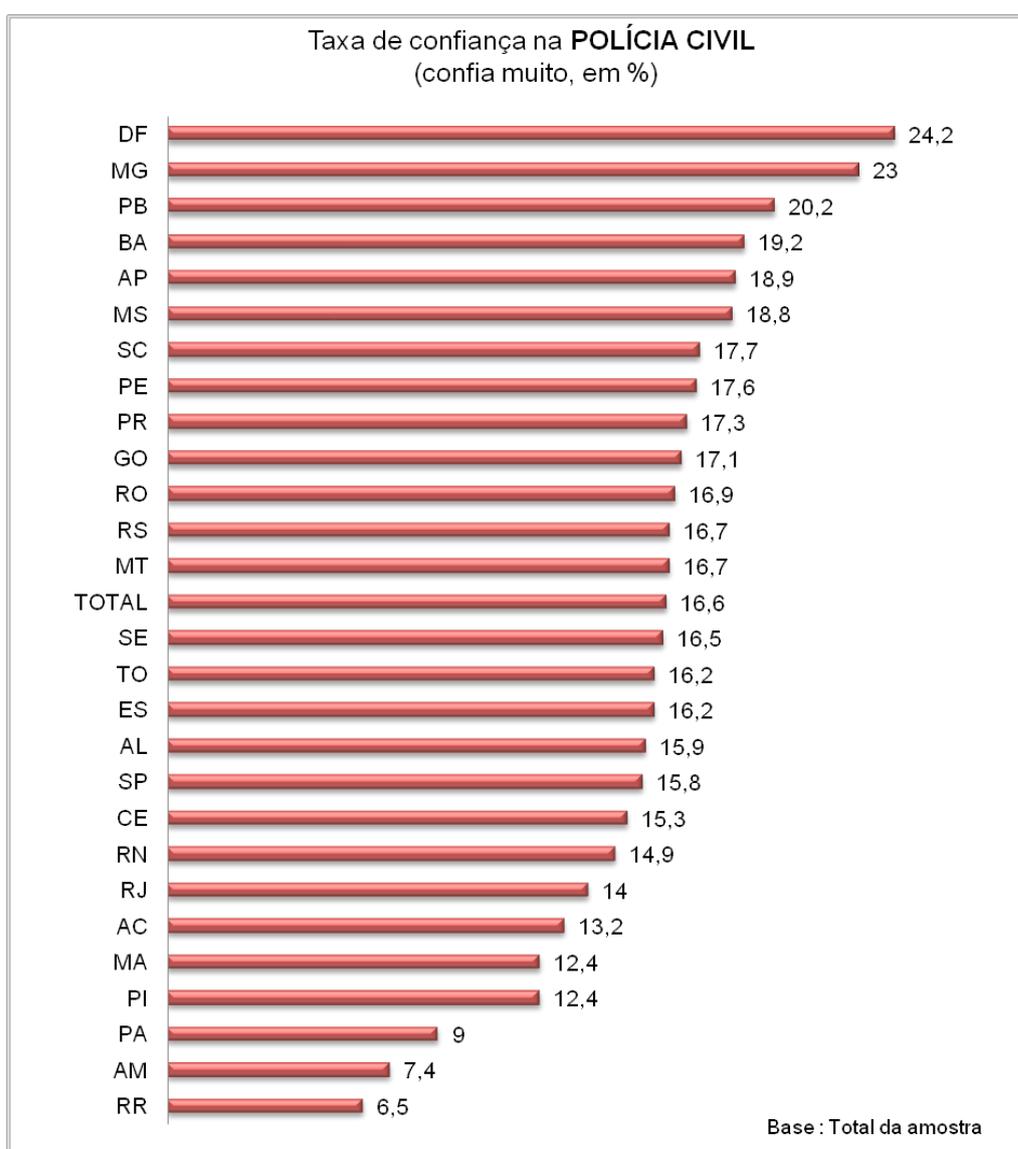


A vitimização de outros moradores da casa do entrevistado pela Polícia Militar também tem baixa incidência: 3% moram com pessoas que sofreram violência física de policiais militares, 4%, com pessoas que sofreram insulto ou agressão verbal, e 2%, com pessoas que sofreram extorsão ou pagaram propina para algum membro da corporação.

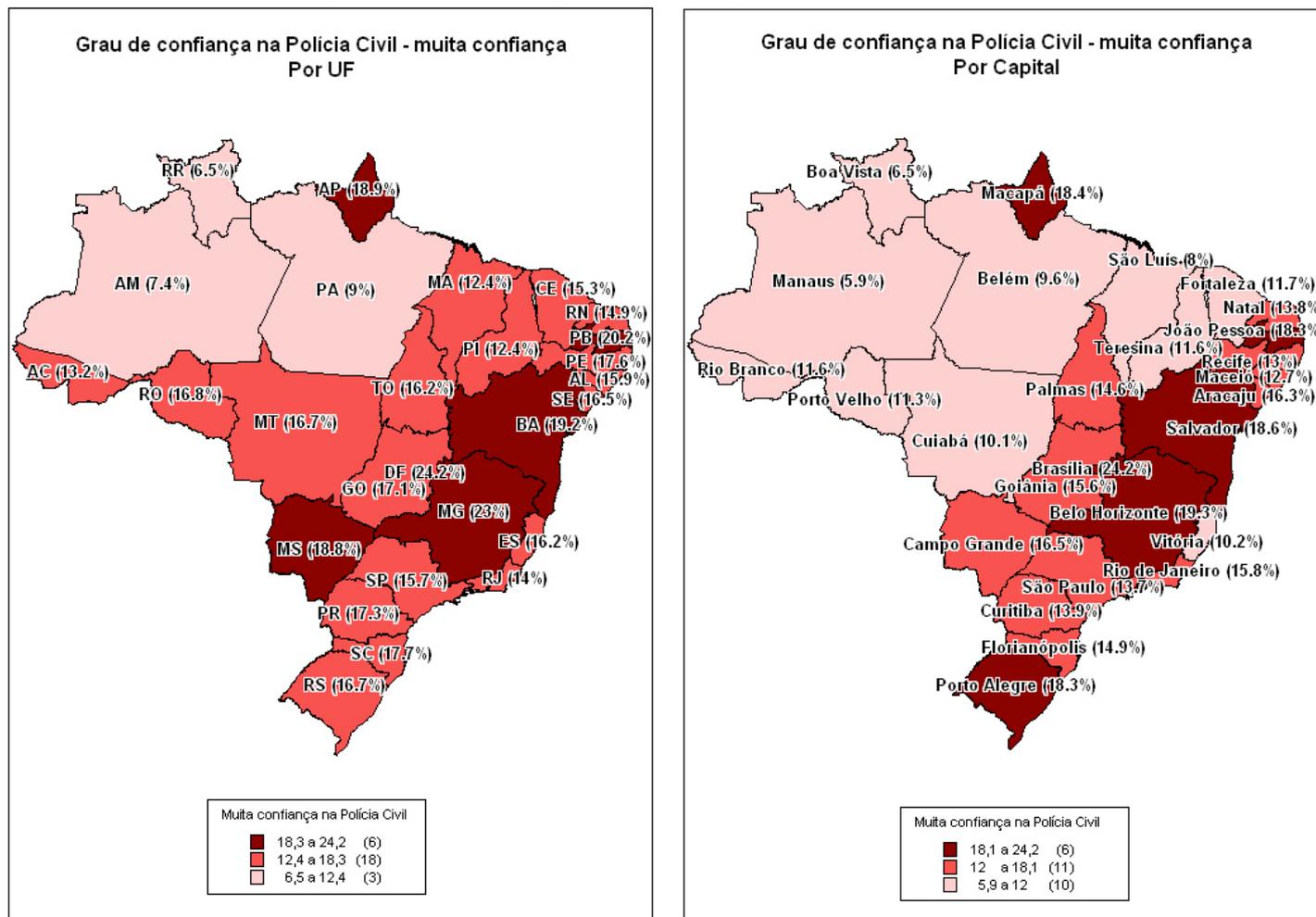
## 5.2 Polícia Civil

A Polícia Civil tem a confiança de 79,1% da população, que se dividem entre aqueles que confiam muito (16,6%) e os que confiam um pouco (62,5%). Há ainda 20,7% que desconfiam da corporação. No Distrito Federal, 24,2% confiam muito na Polícia Civil, a maior taxa do país. Com um nível de muita confiança acima de 20% aparecem ainda os Estados de Minas Gerais (23%) e Paraíba (20,2%). Estados da região Norte têm o menor nível de muita confiança na corporação: com índices abaixo de 10% aparecem Roraima (6,5%), Amazonas (7,4%) e Pará (9%).

Gráfico 10 – Confiança na Polícia Civil (taxa de confia muito), em %



Mapa 6 – Grau de confiança na Polícia Civil por UF e capital

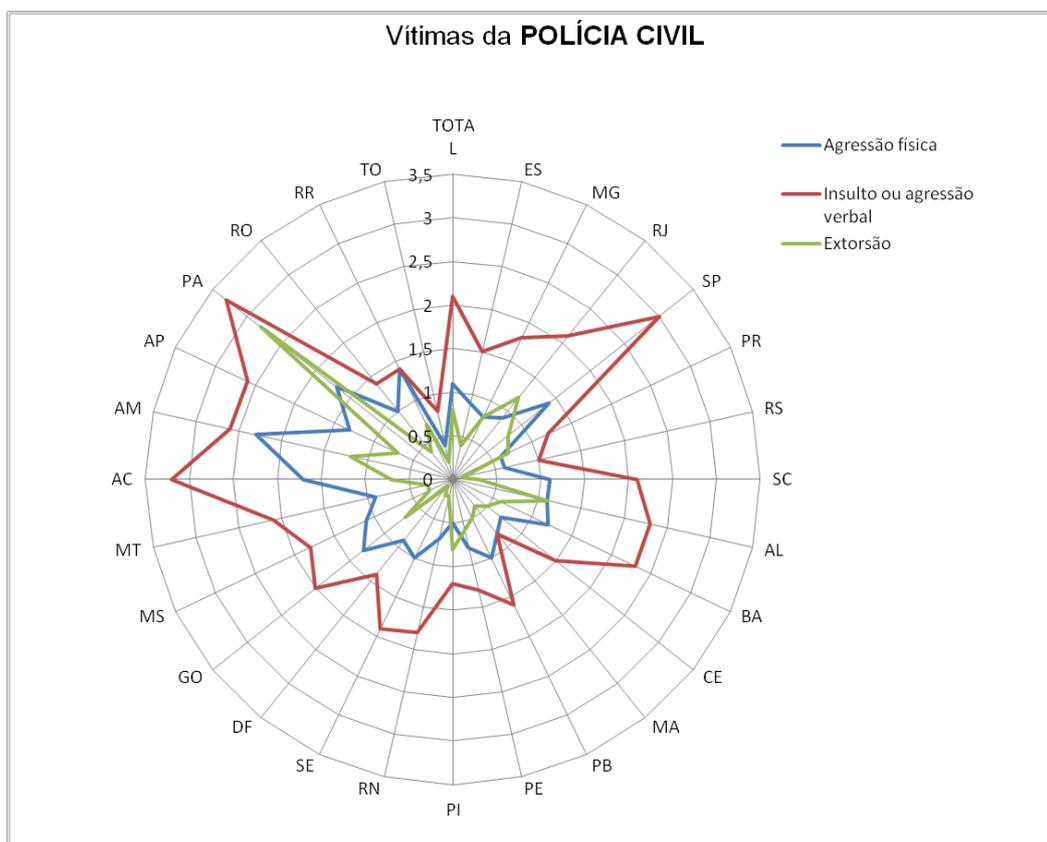


Uma análise sobre a imagem e a condução do trabalho da Polícia Civil aponta que a investigação de crimes feita pela corporação – uma de suas principais finalidades – é aprovada por 38,2% (32,4% consideram esse serviço bom, e 5,8%, ótimo). Para 33,6%, o trabalho de investigação é regular, e 14,7% o consideram ruim ou péssimo. A rapidez e qualidade no atendimento tem índices similares de avaliação: 32% consideram esse aspecto é ótimo ou bom, 32,8% dizem que é regular, e 20,3%, que é ruim ou péssimo. A proteção dos direitos das pessoas feita por policiais civis é tida como ótima ou boa por 33,2%, como regular por 36,1%, e como ruim ou péssimo por outros 17,1%. A punição de policiais com mau comportamento pela Polícia Civil é avaliada como ótima ou boa 23,2%, índice abaixo dos que consideram esse aspecto ruim ou péssimo (27,9%) ou regular (31,2%). A apresentação pessoal dos policiais foi, entre os tópicos analisados nesta bateria de questões, o de melhor avaliação: 43,2% aprovam a forma como é feita, 31,6% sinalizam que é regular, e 13,3% desaprovam, ou seja, consideram-na ruim ou péssima.

A presença da Polícia Civil é menor do que da Polícia Militar no cotidiano da população. Dois em cada três (66%) brasileiros adultos não veem policiais civis na vizinhança ou proximidades de onde moram.

De forma geral, a taxa de vitimização pela Polícia Civil é baixa: apenas 1,1% sofreram violência física de policiais civis, 2,1% declaram ter sofrido agressão verbal ou insulto, e 0,8% sofreu extorsão ou teve que pagar propina para policiais civis. No Amazonas, a taxa dos que sofreram violência física vai a 2,3%, e fica em 1,7% no Acre e no Amazonas. Em relação a insultos e agressões verbais, os índices mais altos foram registrados no Pará (3.3%), no Acre (3,2%) e em São Paulo (3%). O Pará também lidera na incidência de vítimas de extorsão e pagamento de propina a policiais civis, com 2,8%. Em seguida aparecem Amazonas e Rio de Janeiro (1,2% cada).

**Gráfico 11 – Situações em que foi vítima da Polícia Civil por UF, em %**



Além disso, 0,8% mora com alguém que já sofreu agressão física, 1,1% mora com alguém que já tenha sofrido insulto ou agressão verbal, e 0,6% mora com alguém que já tenha sofrido extorsão ou pago propina para algum membro dessa organização.

## 6. Armas de fogo

Por fim, apenas 2,7% dos brasileiros adultos declaram possuir arma de fogo em casa. Na região Sul, esse índice sobe para 4,4% - no Rio Grande do Sul, o índice de posse de arma de fogo é de 6,2% - e no Centro-Oeste fica em 4% - no Distrito Federal, 5,8% possuem arma de fogo em casa. Questionados sobre os motivos para ter arma de fogo em casa, 1,1% dos 2,7% declarou que a arma é usada para se prevenir ou proteger de crimes, e outro 1,1% afirmou que a arma pertence às forças armadas e policiais.

## 7. Tabelas

Tabela 11 – Vitimização - em N.A. ponderado e % (região e UF)

		TOTAL		VITIMA DE CRIME							
				FOI VITIMA		Foi vítima nos últimos 12 meses		Não foi vítima nos últimos 12 meses		NÃO FOI VITIMA	
		n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
		78008	100	25452	32,6	16367	21,0	9085	11,6	52556	67,4
		38717	100	12859	33,2	7715	19,9	5144	13,3	25858	66,8
SUDESTE		1437	100	478	33,3	302	21,0	176	12,2	959	66,7
	ES	7516	100	2382	31,7	1434	19,1	948	12,6	5133	68,3
	RJ	8550	100	3002	35,1	1707	20,0	1295	15,1	5548	64,9
	SP	21214	100	6996	33,0	4272	20,1	2724	12,8	14218	67
		10949	100	3057	27,9	1886	17,2	1172	10,7	7891	72,1
SUL	PR	4096	100	1167	28,5	711	17,4	456	11,1	2929	71,5
	RS	4473	100	1283	28,7	771	17,2	513	11,5	3190	71,3
	SC	2379	100	607	25,5	404	17,0	203	8,5	1772	74,5
		16981	100	5690	33,5	3837	22,6	1853	10,9	11290	66,5
NORDESTE	AL	998	100	280	28,1	204	20,5	76	7,6	718	71,9
	BA	4460	100	1459	32,7	934	20,9	526	11,8	3001	67,3
	CE	3040	100	1097	36,1	808	26,6	289	9,5	1943	63,9
	MA	1605	100	478	29,8	329	20,5	149	9,3	1127	70,2
	PB	1080	100	347	32,1	217	20,1	129	12	733	67,9
	PE	3426	100	1239	36,2	761	22,2	479	14	2187	63,8
	PI	746	100	192	25,8	153	20,6	39	5,2	554	74,2
	RN	964	100	427	44,3	302	31,3	125	12,9	537	55,7
	SE	662	100	171	25,9	129	19,4	43	6,4	491	74,1
		5960	100	1784	29,9	1282	21,5	502	8,4	4176	70,1
CENTRO OESTE	DF	1412	100	398	28,2	287	20,3	112	7,9	1014	71,8
	GO	2585	100	800	31,0	566	21,9	234	9	1785	69
	MS	943	100	270	28,7	195	20,6	76	8	673	71,3
	MT	1020	100	315	30,9	235	23,0	80	7,9	705	69,1
		5401	100	2062	38,2	1648	30,5	414	7,7	3339	61,8
NORTE	AC	242	100	83	34,3	72	29,9	11	4,4	159	65,7
	AM	1312	100	415	31,6	331	25,2	84	6,4	897	68,4
	AP	295	100	164	55,6	136	46,0	28	9,6	131	44,4
	PA	2516	100	1112	44,2	893	35,5	220	8,7	1404	55,8
	RO	518	100	121	23,3	94	18,1	27	5,2	397	76,7
	RR	158	100	47	29,4	39	24,8	7	4,6	112	70,6
	TO	360	100	120	33,4	83	23,0	38	10,4	240	66,6

Tabela 12 – Vitimização - em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		VITIMA DE CRIME							
			FOI VITIMA		Foi vitima nos últimos 12 meses		Não foi vitima nos últimos 12 meses		NÃO FOI VITIMA	
	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	2285	36,0	1532	24,1	752	11,9	4060	64
Rio de Janeiro	3606	100	1199	33,3	757	21,0	442	12,3	2407	66,7
Belo Horizonte	1355	100	486	35,9	327	24,2	158	11,7	869	64,1
Porto Alegre	804	100	324	40,3	222	27,6	102	12,7	480	59,7
Curitiba	996	100	384	38,6	253	25,4	132	13,2	612	61,4
Salvador	1526	100	525	34,4	357	23,4	168	11	1001	65,6
Recife	876	100	330	37,7	211	24,1	120	13,7	546	62,3
Fortaleza	1396	100	566	40,5	439	31,5	127	9,1	830	59,5
Belém	787	100	390	49,5	323	41,1	66	8,4	398	50,5
Vitória	186	100	69	36,9	41	22,1	28	14,8	117	63,1
Goiânia	740	100	253	34,2	179	24,2	74	10	486	65,8
Brasília	1412	100	398	28,2	287	20,3	112	7,9	1014	71,8
Florianópolis	231	100	82	35,4	55	23,9	27	11,5	149	64,6
Campo Grande	443	100	124	28,0	95	21,5	29	6,5	319	72
Cuiabá	309	100	100	32,4	82	26,6	18	5,7	209	67,6
Teresina	438	100	131	29,9	109	24,9	22	4,9	307	70,1
São Luís	545	100	212	38,9	156	28,6	56	10,3	333	61,1
João Pessoa	411	100	145	35,3	88	21,5	57	13,8	266	64,7
Aracaju	326	100	87	26,8	64	19,8	23	7,1	238	73,2
Natal	458	100	204	44,4	142	31,0	62	13,4	255	55,6
Rio Branco	176	100	65	37,1	56	31,9	9	5,2	111	62,9
Manaus	1023	100	333	32,5	270	26,4	63	6,2	690	67,5
Macapá	217	100	123	56,6	102	47,1	21	9,5	94	43,4
Maceió	531	100	162	30,5	123	23,2	39	7,3	369	69,5
Porto Velho	223	100	60	26,9	49	22,2	11	4,7	163	73,1
Boa Vista	158	100	47	29,4	39	24,8	7	4,6	112	70,6
Palmas	126	100	37	29,6	24	19,0	13	10,6	89	70,4

Tabela 13 – Vitimização - em N.A. ponderado e % (demográficas)

		TOTAL		VITIMA DE CRIME							
		n.pond.	%	FOI VITIMA		Foi vítima nos		Não foi vítima		NÃO FOI	
				n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
<b>TOTAL</b>		78008	100	25452	32,6	16367	21,0	9085	11,6	52556	67,4
<b>SEXO</b>	Masculino	37186	100	12744	34,3	8093	21,8	4651	12,5	24442	65,7
	Feminino	40822	100	12708	31,1	8274	20,3	4434	10,9	28114	68,9
<b>COR</b>	Branca	36143	100	11896	32,9	7215	20,0	4681	13	24247	67,1
	Preta	8356	100	2595	31,1	1761	21,1	834	10	5761	68,9
	Parda	26375	100	8532	32,3	5763	21,9	2769	10,5	17843	67,7
	Não respondeu/ Recusa	88	100	17	18,8	15	16,8	2	2	72	81,2
	Outra Cor	7047	100	2413	34,2	1614	22,9	799	11,3	4634	65,8
<b>ESCOLARIDADE</b>	Sem instrução	3435	100	788	22,9	400	11,6	388	11,3	2647	77,1
	Fundamental	29562	100	8352	28,3	5034	17,0	3319	11,2	21210	71,7
	Médio	31675	100	10580	33,4	7100	22,4	3480	11	21095	66,6
	Superior	13289	100	5725	43,1	3830	28,8	1896	14,3	7564	56,9
	Não respondeu/ Recusa	22	100	3	13,0	2	8,4	1	4,6	19	87
<b>IDADE</b>	Não sabe/ Não lembra	24	100	4	18,1	2	10,0	2	8	20	81,9
	16 a 24 anos	16614	100	5483	33,0	4206	25,3	1277	7,7	11131	67
	25 a 34 anos	18454	100	6234	33,8	4373	23,7	1861	10,1	12220	66,2
	35 a 44 anos	15059	100	5031	33,4	3192	21,2	1839	12,2	10028	66,6
	45 a 59 anos	16897	100	5540	32,8	3207	19,0	2333	13,8	11357	67,2
60 anos ou mais	10984	100	3164	28,8	1389	12,6	1775	16,2	7820	71,2	
<b>RENDA FAMILIAR MENSAL</b>	Até 1 salário mínimo	13512	100	3634	26,9	2478	18,3	1156	8,6	9878	73,1
	Mais de 1 até 2 salários	22354	100	6504	29,1	4217	18,9	2287	10,2	15850	70,9
	Mais de 2 até 3 salários	15337	100	5032	32,8	3203	20,9	1829	11,9	10305	67,2
	Mais de 3 até 5 salários	12835	100	4805	37,4	3063	23,9	1742	13,6	8030	62,6
	Mais de 5 até 10 salários	6066	100	2412	39,8	1487	24,5	925	15,3	3654	60,2
	Mais de 10 salários	3001	100	1421	47,3	936	31,2	485	16,2	1580	52,7
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	848	31,2	519	19,1	329	12,1	1871	68,8
Não sabe/ Não lembra	2185	100	796	36,4	464	21,3	332	15,2	1388	63,6	

Tabela 14 – Notificação - em N.A. ponderado e % (região e UF)

		TOTAL		DEU QUEIXA ?					
		n.pond.	%	Total		Sim		Não	
				n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
		78008	100	25452	100	5063	19,9	20389	80,1
SUDESTE		38717	100	12859	100	2551	19,8	10308	80,2
	ES	1437	100	478	100	86	18	392	82
	MG	7516	100	2382	100	498	20,9	1885	79,1
	RJ	8550	100	3002	100	438	14,6	2564	85,4
	SP	21214	100	6996	100	1529	21,8	5468	78,2
SUL		10949	100	3057	100	657	21,5	2400	78,5
	PR	4096	100	1167	100	254	21,7	914	78,3
	RS	4473	100	1283	100	273	21,3	1010	78,7
	SC	2379	100	607	100	130	21,5	476	78,5
NORDESTE		16981	100	5690	100	897	15,8	4793	84,2
	AL	998	100	280	100	56	20	224	80
	BA	4460	100	1459	100	199	13,7	1260	86,3
	CE	3040	100	1097	100	201	18,3	896	81,7
	MA	1605	100	478	100	88	18,3	390	81,7
	PB	1080	100	347	100	38	11	309	89
	PE	3426	100	1239	100	181	14,6	1058	85,4
	PI	746	100	192	100	37	19,4	155	80,6
	RN	964	100	427	100	61	14,2	366	85,8
	SE	662	100	171	100	37	21,4	135	78,6
CENTRO OESTE		5960	100	1784	100	452	25,3	1332	74,7
	DF	1412	100	398	100	132	33,2	266	66,8
	GO	2585	100	800	100	159	19,9	641	80,1
	MS	943	100	270	100	69	25,4	202	74,6
	MT	1020	100	315	100	92	29,1	223	70,9
NORTE		5401	100	2062	100	506	24,5	1556	75,5
	AC	242	100	83	100	23	27,5	60	72,5
	AM	1312	100	415	100	98	23,7	316	76,3
	AP	295	100	164	100	40	24,2	125	75,8
	PA	2516	100	1112	100	264	23,7	849	76,3
	RO	518	100	121	100	38	31,2	83	68,8
	RR	158	100	47	100	15	31,3	32	68,7
	TO	360	100	120	100	29	24,3	91	75,7

Tabela 15 – Notificação - em N.A. ponderado e % (capital)

	TOTAL		DEU QUEIXA ?					
	n.pond.	%	Total		Sim		Não	
			n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
São Paulo	6344	100	2285	100	501	21,9	1784	78,1
Rio de Janeiro	3606	100	1199	100	182	15,2	1017	84,8
Belo Horizonte	1355	100	486	100	119	24,5	367	75,5
Porto Alegre	804	100	324	100	81	25	243	75
Curitiba	996	100	384	100	91	23,6	294	76,4
Salvador	1526	100	525	100	64	12,2	461	87,8
Recife	876	100	330	100	59	17,8	272	82,2
Fortaleza	1396	100	566	100	120	21,2	446	78,8
Belém	787	100	390	100	106	27,1	284	72,9
Vitória	186	100	69	100	13	18,6	56	81,4
Goiânia	740	100	253	100	44	17,3	209	82,7
Brasília	1412	100	398	100	132	33,2	266	66,8
Florianópolis	231	100	82	100	19	23,5	63	76,5
Campo Grande	443	100	124	100	35	28,1	89	71,9
Cuiabá	309	100	100	100	29	29,5	70	70,5
Teresina	438	100	131	100	27	20,6	104	79,4
São Luís	545	100	212	100	41	19,6	171	80,4
João Pessoa	411	100	145	100	12	8,5	133	91,5
Aracaju	326	100	87	100	20	22,5	68	77,5
Natal	458	100	204	100	31	15,1	173	84,9
Rio Branco	176	100	65	100	19	29,1	46	70,9
Manaus	1023	100	333	100	78	23,4	255	76,6
Macapá	217	100	123	100	30	24,8	93	75,2
Maceió	531	100	162	100	42	26	120	74
Porto Velho	223	100	60	100	21	35,4	39	64,6
Boa Vista	158	100	47	100	15	31,3	32	68,7
Palmas	126	100	37	100	8	21,6	29	78,4

**Tabela 16 – Notificação - em N.A. ponderado e % (demográficas)**

		TOTAL		DEU QUEIXA ?					
		n.pond.	%	Total		Sim		Não	
				n.pond.	%	n.pond.	%	n.pond.	%
TOTAL		78008	100	25452	100	5063	19,9	20389	80,1
SEXO	Masculino	37186	100	12744	100	2491	19,5	10253	80,5
	Feminino	40822	100	12708	100	2572	20,2	10136	79,8
COR	Branca	36143	100	11896	100	2505	21,1	9391	78,9
	Preta	8356	100	2595	100	446	17,2	2149	82,8
	Parda	26375	100	8532	100	1695	19,9	6837	80,1
	Não respondeu/ Recusa	88	100	17	100	5	31,3	11	68,7
	Outra Cor	7047	100	2413	100	413	17,1	2000	82,9
ESCOLARIDADE	Sem instrução	3435	100	788	100	91	11,6	696	88,4
	Fundamental	29562	100	8352	100	1373	16,4	6979	83,6
	Médio	31675	100	10580	100	2215	20,9	8365	79,1
	Superior	13289	100	5725	100	1383	24,2	4342	75,8
	Não respondeu/ Recusa	22	100	3	100	0	0	3	100
	Não sabe/ Não lembra	24	100	4	100	1	29,4	3	70,6
IDADE	16 a 24 anos	16614	100	5483	100	1133	20,7	4351	79,3
	25 a 34 anos	18454	100	6234	100	1436	23	4798	77
	35 a 44 anos	15059	100	5031	100	1098	21,8	3933	78,2
	45 a 59 anos	16897	100	5540	100	971	17,5	4569	82,5
	60 anos ou mais	10984	100	3164	100	426	13,5	2738	86,5
RENDA FAMILIAR MENSAL	Até 1 salário mínimo	13512	100	3634	100	628	17,3	3006	82,7
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	22354	100	6504	100	1199	18,4	5305	81,6
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	15337	100	5032	100	960	19,1	4072	80,9
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	12835	100	4805	100	1075	22,4	3730	77,6
	Mais de 5 até 10 salários mínimos	6066	100	2412	100	558	23,1	1855	76,9
	Mais de 10 salários mínimos	3001	100	1421	100	310	21,8	1111	78,2
	Não respondeu/ Recusa	2719	100	848	100	200	23,5	649	76,5
	Não sabe/ Não lembra	2185	100	796	100	134	16,8	662	83,2